

DOSSIÊ

História e cultura histórica
no alvorecer da época moderna
(séculos XIV-XVII)

História antiga e o antiquário*

Arnaldo Momigliano**

Resumo: Publicado originalmente em 1950, o presente artigo, de autoria de Arnaldo Momigliano, tornou-se um marco no estudo da história da historiografia. Nele, o historiador italiano argumenta a favor do antiquário moderno, o qual, através do estudo das evidências materiais legadas pelo passado, teria desenvolvido os princípios do método histórico depois esposado pelo historiador. A atuação dos antiquários, defende Momigliano, teria resultado na elaboração de um conjunto de regras e procedimentos que contribuiriam para sustentar a relevância e, até mesmo, a própria possibilidade do conhecimento histórico em meio às disputas céticas de finais do século XVII e início do século XVIII. Apesar de sujeito à revisão em muitos de seus pontos, o texto de Momigliano – publicado pela primeira vez no Brasil – é uma peça incontornável para o entendimento da formação da própria história da historiografia, assim como ajudou a lançar luz sobre figuras por vezes esquecidas pelo historiador, como o próprio antiquário que é protagonista destas páginas.

Palavras-chave: História da Historiografia. Antiquariato. Método histórico.

* Publicado originalmente como “Ancient history and the antiquarian”, no *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, v. 13, n.º. 3/4, 1950, p. 285-315. Agradecemos ao Warburg Institute, especialmente a Jenny Boyle, que detém os direitos do artigo, bem como ao professor Riccardo Di Donato/Universidade de Pisa, executor literário das obras de Arnaldo Momigliano, pela gentileza em permitir a tradução e a publicação do texto em português. Tradução do texto em inglês de Pedro Telles da Silveira. As passagens em alemão, italiano, francês e latim foram traduzidas respectivamente por Sérgio da Mata, Gabriela Jaquet, Fernando Nicolazzi e Alexandre Agnolon. Revisão geral de Fernando Nicolazzi (Nota do editor).

** Arnaldo Momigliano (1908-1987), historiador italiano cujos interesses primordiais voltavam-se para a história e para a historiografia da antiguidade clássica. Atuou em diversas universidades, entre as quais a Universidade de Turin, Universidade de Oxford, Universidade de Chicago, além da Escola Normal Superior de Pisa.

Introdução¹

20

No século XIII, um novo humanismo competia com o humanismo tradicional. Ele se organizava em sociedades eruditas [*learned societies*] ao invés de estar centrado nas universidades; era promovido mais por nobres que por mestres-escolas. Eles preferiam viajar a corrigir citações e, no geral, consideravam os textos literários menos importantes que as moedas, os vasos e as inscrições. Addison discutiu a relevância das moedas para os estudos literários (ADDISON, III, 1830, p. 39-199), e Gibbon, que estava de licença da Universidade de Oxford, renovou sua educação ao gastar vinte libras na compra dos vinte volumes das *Memórias* da Academia de Inscrições. A Itália ainda era o ponto de referência tanto para os eruditos quanto para os curiosos, mas se tratava de uma Itália mais complexa, uma na qual as antiguidades etruscas dificilmente eram menos valorizadas que as ruínas romanas e na qual as extraordinárias descobertas de Herculano, em 1736, e Pompeia, em 1738, começavam a ser anunciadas. Além disso, a importância das antiguidades gregas aumentava tanto para os poucos sortudos – principalmente ingleses e franceses – que podiam visitá-las, mas também para o público, um pouco maior, mas ainda restrito, que estava disposto a pagar pelos belos livros nos quais elas eram ilustradas: primeiramente o *Antiquities of Athens* de Stuart e Revett (1762).

Mais importante, porém, é que as pessoas começaram lentamente a se tornar conscientes de que elas podiam encontrar beleza e emoção de um tipo novo se simplesmente olhassem para sua igreja paroquial ou para o castelo vizinho – assim como poderiam encontrar poesia se eles ouvissem as canções e as histórias dos camponeses. O renascimento grego, celta e gótico, propagando-se da Inglaterra para a Europa, selou o triunfo de uma classe que gozava de tempo livre, era indiferente à controvérsia religiosa, desinteressada de ninharias gramaticais e ansiosa por fortes emoções através da arte, de modo a contrabalançar a paz e a segurança que ela mesma vivia.²

Esta, se não estou enganado, é a imagem tradicional da Era dos Antiquários: uma imagem que, apesar de incompleta, não tenho por quê desafiar. Mas a Era dos Antiquários significou não apenas uma revolução no gosto; ela representou uma revolução no método histórico. Aqui, talvez, um estudante de historiografia possa intervir. A Era dos Antiquários estabeleceu padrões e colocou problemas de método que dificilmente podem ser considerados obsoletos atualmente.

O conjunto do moderno método de pesquisa histórica está fundado na distinção entre autoridades originais e derivadas. Por autoridades originais, compreendemos relatos de testemunhas oculares ou documentos e outros registros materiais que são contemporâneos dos eventos que eles atestam. Por autoridades derivadas, designamos historiadores ou cronistas que relatam e discutem eventos que eles não testemunharam, mas dos quais eles ouviram falar ou inferiram direta ou indiretamente das autoridades originais. Nós valorizamos autoridades originais – ou fontes – por serem confiáveis, enquanto elogiamos historiadores não contemporâneos – ou autoridades derivadas – por demonstrarem um juízo sólido na interpretação e no exame de fontes originais. Esta distinção entre autoridades originais e historiadores não contemporâneos tornou-se o patrimônio comum do método histórico apenas em finais do século XVII. É claro que a distinção já existia antes, porém ela não havia sido formulada com exatidão, tampouco era geralmente considerada um pressuposto necessário do estudo histórico. Na formação do novo método histórico, e, conseqüentemente, na criação da moderna escrita histórica sobre o mundo antigo, o assim chamado antiquário teve um papel conspícuo e trouxe à tona problemas essenciais. Eles demonstraram como utilizar evidências não literárias, mas também fizeram refletir sobre a diferença entre coletar e interpretar fatos. É o propósito deste artigo explicar, primeiro, as origens da pesquisa antiquária; segundo, porque os antiquários representaram esse papel na reforma do método histórico no século XVIII; e, finalmente, porque, ao longo do século XIX, tornou-se cada vez mais evidente que não havia mais razões para distinguir os estudos históricos dos estudos antiquários.

As origens da pesquisa antiquária

Antes de tudo nós precisamos nos perguntar quem eram os antiquários. Eu gostaria de poder apenas fazer a referência a uma “História dos Estudos Antiquários”, mas não existe nenhuma.³ Tudo que eu posso fazer é enumerar alguns poucos fatos básicos a seu respeito.

Eu presumo que para muitos de nós a palavra *antiquário* sugere a noção de alguém que estuda o passado mas não é bem um historiador, porque: (1) historiadores escrevem em ordem cronológica, os antiquários escrevem de maneira sistemática; (2) historiadores produzem aqueles fatos que servem para ilustrar ou explicar uma determinada situação, enquanto os antiquários coletam todos os itens que estão relacionados a um certo tema, ajudem estes ou não a resolver seus problemas. Os temas contribuem para a distinção entre historiadores e antiquários apenas no sentido de que certos assuntos (como instituições políticas, religião, vida privada) tradicionalmente foram considerados mais apropriados à descrição sistemática que ao relato em ordem cronológica. Quando alguém escreve em ordem cronológica, mas sem explicar os fatos, nós o chamamos de cronista; quando alguém coleta todos os fatos que lhe estão disponíveis, mas não os ordena sistematicamente, nós simplesmente o condenamos como confuso.

Se esta é uma expressão correta dos principais modos como os antiquários são encarados, a opinião de que os predecessores dos antiquários modernos se localizam na Grécia da segunda metade do século V a.C. talvez tenha algum sentido.

Em uma famosa passagem do *Hípias maior* (285 d), de Platão, aprendemos que as genealogias de homens e heróis, as lendas a respeito da fundação de cidades e a lista dos magistrados que governaram uma cidade eram parte de uma ciência chamada *arqueologia*. Quem fala é o sofista Hípias, de quem sabemos que compôs uma lista dos vencedores dos jogos olímpicos. A palavra *arqueologia*, como Norden observou, já há bastante tempo, é um vocábulo que um sofista facilmente poderia ter inventado (NORDEN, 1913, p. 367).⁴ Restam poucas dúvidas de que Platão está transmitindo a nós uma noção que era genuinamente familiar aos sofistas da

segunda metade do século V a.C.: a de uma ciência chamada arqueologia que lidava com assuntos que hoje em dia nós consideráramos de interesse antiquário. Mas a forma de tratamento desses assuntos, em certos casos, bem pode ter sido a de uma crônica, e não a de um manual sistemático. Não podemos defender que as obras “arqueológicas” produzidas por Hípias e seus colegas são invariavelmente os precursores diretos dos nossos *Manuais do Mundo Antigo* (*Lehbücher der Altertümer*). Na medida, porém, em que algumas de suas pesquisas eram apresentadas sob a forma de tratados sistemáticos, eles devem ser vistos em conjunto com os modernos estudos antiquários.

Este provavelmente era o caso dos trabalhos περί ἔθνων, ἔθνων ονομασίαι, κτίσεις ἔθνων καὶ πόλεων, νόμινα βαρβαρικά, de Helânico, ἔθνων ονομασίαι, de Hípias, περί γονέων καὶ προγόνων των εἰς Ἴλιον στρατευσαμένων, atribuído a Damastes ou Polus.⁵

Para mim, é mais relevante o fato de que, já em finais do século V a.C., a história política e a pesquisa erudita do passado tendiam a ser mantidas em dois compartimentos separados.⁶ Tucídides escreveu uma espécie de história que estava mais preocupada com os eventos do passado recente do que com as tradições do passado distante ou de nações longínquas, interessava-se mais pelo comportamento individual ou coletivo sob certas circunstâncias que nas instituições políticas ou religiosas e, por fim, sua obra servia mais ao político do que ao erudito. Hípias, Helânicus, Damastes, Charon coletaram tradições do passado e se dedicavam à erudição em si mesma. Estes atributos, não importa o quão imperfeitamente tenham sido esboçados, constituem o início de uma distinção que durou até o século XIX, e mesmo hoje ainda não desapareceu completamente. História era sobretudo história política, e o que não entrava nesta definição pertencia à província da curiosidade letrada, que os antiquários facilmente podiam assumir e explorar sistematicamente. Este tipo de pesquisa antiquária ganhou força após Alexandre.

Na Grécia helenística, a palavra arqueologia não preservou o sentido amplo que ela tinha em Platão.⁷ Ela passou a significar apenas a história das origens ou a história arcaica. As *Antiguidades Judaicas*, de Flávio Josefo, é uma história dos judeus da origem do mundo até à época do autor; as *Antiguidades Romanas*, de Dionísio

de Halicarnasso, é uma história da Roma arcaica.⁸ Não havia um nome coletivo que enquadrasse todos os tratados sistemáticos sobre o passado, mas esses tratados eram obviamente produzidos em grande número, especialmente como produto secundário de histórias locais. Seus títulos aludem ao lugar ou à instituição que era o objeto de investigação: *Αργολικά, περί των εν Λακεδαιμόνι Θυσίων, περί αδόξων ονομάτων* etc.⁹ Costumes religiosos e instituições políticas eram o objeto de estudos mais frequente: filologia, geografia, cronologia contribuíam para isso. Na escola peripatética, a filosofia e o conhecimento sistemático do passado uniram suas forças.¹⁰

Os romanos seguiram de perto. Roma já produzira eruditos interessados, seja na origem das cidades italianas seja nas peculiaridades das instituições romanas ou, o que dá no mesmo, na interpretação de textos arcaicos, quando Varrão lançou-se ao exame sistemático da vida romana tal como observada a partir do ponto de vista de suas fundações. Nenhum dos estudiosos helenísticos havia se dedicado à descrição de *todos* os aspectos da vida de um povo tão sistematicamente quanto Varrão, e as *Antiquitates divinae et humanae* foram saudadas por seu contemporâneo Cícero¹¹ como uma revelação. Elas estabeleceram um novo padrão – e, talvez, também deram um novo nome à ciência: *antiquitates*. Com Varrão, o caráter sistemático desta forma de erudição atingiu a perfeição. Ainda que não tenhamos certeza de que ele tenha sido o primeiro a introduzir o nome *antiquitates*, existe alguma razão em considerá-lo o pai dos modernos estudos antiquários. Por antiguidades, ele compreendia uma descrição sistemática da vida romana tal como oferecida pela linguagem, pela literatura e pelos costumes. Ele se perguntava nos “*rerum humanarum libri*”: “*qui (homines) agant, ubi agant, quando agant, quid agant*”; e por “*homines*”¹² ele designava, como Santo Agostinho corretamente observou (AGOSTINHO, *De civ. dei*, VI, 4), os romanos.¹³ Sua pesquisa era, é claro, mais relevante diretamente para a vida política que qualquer tratado helenístico sobre as antiguidades de uma cidade grega. Uma carta de Ateius Capito a seu colega e rival antiquário Antistius Labeo nos dá uma breve visão das implicações políticas deste tipo de pesquisa para os contemporâneos de Augusto:

Mas alguma liberdade, demasiada e malévola, excitava o homem, como se deles nada, quando o divino Augusto, já príncipe e também governando a República, considerasse certo e ponderado, a não ser que alguém lesse algo a ser prescrito e sancionado nas *Antiquidades Romanas* (AUL. GELL, XIII, 12, 2).

Ainda assim, apesar de Varrão e seus seguidores, as *antiquitates* nunca se transformaram em história política.¹⁴

A Idade Média não perdeu o interesse clássico pelas inscrições e pelos vestígios arqueológicos. Inscrições eram ocasionalmente coletadas, monumentos eram reconhecidos. O que se perdeu, não obstante o constante apelo à memória de Santo Agostinho em *Civitas Dei*, foi a ideia varroniana de *antiquitates* – a ideia de uma civilização redescoberta pela coleção sistemática de todas as relíquias do passado.¹⁵ Os estágios da redescoberta da ideia varroniana de Petrarca a Flavio Biondo não podem nos deter. *Roma Triumphans*, deste último, já contém a classificação quaternária que muitos manuais antigos preservaram sob as entradas de *antiquitates publicae, privatae, sacrae e militares*.¹⁶ Não se deve esquecer, porém, que a palavra *antiquitates*, nos títulos de livros do século XV, podia significar, simplesmente, história (*Antiquitates Vicecomitum*, de G. Merula, 1486) ou ruínas e monumentos (*Antiquitates urbis*, de Pomponio Leto): o significado varroniano original de *antiquitates* como um exame da vida integral de um povo foi talvez primeiramente reintroduzido como título de uma obra por J. Rossfield, chamado Rosinus, em seu *Antiquitatum Romanarum Corpus Absolutissimum* (1583). Porém a noção do *antiquarius* enquanto amante, colecionador e estudante das tradições antigas e seus vestígios – ainda que não um historiador – é um dos conceitos mais caros ao humanismo dos séculos XV e XVI.¹⁷ O entusiasmo das primeiras explorações dos antiquários no tempo de Biondo está registrado na obra *Iubilatio*, de Felice Feliciano, amigo de Andrea Mantegna.¹⁸ A sóbria e fastidiosa erudição dos grandes antiquários do século XVI (Sigonio, Fulvio Orsini, Augustinus, Justus Lipsius) reflete-se em sua correspondência. Eles foram além de Varrão, porque combinaram evidências literárias, arqueológicas e epigráficas, preferindo os textos literários e epigráficos. Eles lentamente reuniram a cronologia, a topografia, a

lei e a religião romanas: foi deles a descoberta da “*Roma sotteranea*”. Eles gradualmente ocuparam novas províncias estendendo suas pesquisas à Grécia, às antiguidades locais da França, da Alemanha e da Inglaterra e aos reinos orientais. Eles comentaram e suplementaram historiadores, mas normalmente não reivindicavam para si mesmos esse título. Seu modelo era a *Roma Triumphans*, de Biondo, que não era uma história, mas sim uma descrição sistemática. A história romana havia sido escrita por Tito Lívio, Tácito, Floro, Suetônio, pela *Historia Augusta*. Não havia razão em escrevê-la novamente, pois nos aspectos principais ela só poderia ser escrita da maneira que Tito Lívio, Tácito, Floro e Suetônio a escreveram. A história antiga ainda era uma parte da história universal (uma tradição que era especialmente cara às universidades protestantes), mas a seção greco-romana da história universal seria constituída praticamente por um sumário das fontes antigas na ordem cronológica correta – dificilmente o trabalho daqueles que levavam a *antiquitas* a sério.¹⁹

Quando a história antiga era estudada por si mesma, independentemente da pesquisa antiquária ou da história universal, era principalmente como uma forma de prover materiais para reflexões políticas ou morais ou para auxiliar na compreensão de textos lidos sobretudo por motivos estilísticos. A verdade ou a completude dos relatos tradicionais dificilmente era questionada. Até onde sei, a noção de que se poderia escrever uma história de Roma que substituiria Lívio ou Tácito ainda não havia sido formulada no começo do século XVI. O primeiro a ocupar a cátedra Camden de história na Universidade de Oxford tinha o dever – estabelecido nos estatutos – de comentar Floro e outros historiadores antigos (1622).²⁰ Como Camden expusera, o professor “[...] tinha de ler a história civil e, a partir daí, tecer observações que possam ser as mais úteis e proveitosas para os jovens estudantes da Universidade, dirigi-los e instruí-los no conhecimento e no uso da história, da antiguidade e dos tempos passados”. O primeiro professor de história de Cambridge foi demitido porque seus comentários a respeito de Tácito foram considerados politicamente perigosos (1627) (MULLINGER, 1911, III, p. 87-89). Tanto em Oxford quanto em Cambridge, a história política era ensinada sob a forma de um comentário sobre os historiadores antigos. Os modernos não escreviam histórias romanas ou gregas, mas sim “antiguidades”.

Por outro lado, a maior parte das *artes historicae* dos séculos XVI e XVII não viam o trabalho dos antiquários como história.²¹ Os autores que os tomaram em consideração enfatizavam que os antiquários eram historiadores imperfeitos que contribuíam com a recuperação de relíquias do passado que eram demasiadamente fragmentárias para serem chamadas de história. Bacon, em seu *Advancement of Learning*, distinguia antiguidades, memórias e histórias perfeitas, definindo as primeiras como “[...] história desfigurada ou alguns vestígios de história que por algum motivo escaparam do naufrágio do tempo” (BACON, 1605, II, 2, 1). Johann Gerhard Vossius, em seu *De Philologia Liber* (1650), fez eco a essas palavras: “A história civil compreende as antiguidades, as memórias e a história justa. Antiguidades são relíquias dos tempos antigos, quadros de cujo naufrágio não há iguais”. Deve-se notar que Vossius não leva em consideração as antiguidades em sua *Ars historica*: aqui, ele está preocupado apenas com a *historia iusta*. Parece que *historia iusta* ou história perfeita, quando aplicada ao mundo clássico, dizia respeito à história escrita pelos antigos. O que os historiadores antigos haviam deixado de lado podia ser resgatado pelos antiquários modernos.

Clara como possa ser, esta distinção aplicava-se somente à história da Grécia e da Roma clássicas. A autoridade dos historiadores antigos era tamanha que ninguém ainda pensava seriamente em superá-los. A situação era diferente para o estudo de outras históricas locais ou nacionais europeias, as quais, com exceção de seus primórdios, coincidiria com o estudo da Idade Média.²² Nenhum culto da Idade Média desenvolvera-se ainda para competir com a idealização da Antiguidade. Nenhuma crônica medieval podia reivindicar tamanha autoridade a ponto de evitar a reescrita da história medieval. Embora houvesse uma história canônica de Grécia e Roma, não havia uma história canônica da Grã-Bretanha, da França, da Alemanha ou da Espanha e até mesmo a história da Itália como um todo estava em uma posição diferente da história da Roma clássica. De fato, motivos religiosos e políticos, especialmente após a Reforma, levaram à reescrita radical de várias histórias locais e nacionais fora (e, normalmente, posteriores) do mundo greco-romano com todo o auxílio que a pesquisa em bibliotecas e

arquivos poderia proporcionar. Sigonio, que fizera mero trabalho antiquário quando tratava da história clássica da Grécia e de Roma, escreveu história medieval em seus *Historiarum de Occidentali Imperio Libri XX* (1577) e *Historiarum de Regno Italiae Libri XX* (1580). Na maioria dos casos, pode-se duvidar se aqueles que estudavam o passado da Grã-Bretanha e França, entre outros lugares, e se consideravam antiquários faziam qualquer coisa de diferente do que a escrita da história a partir de evidências originais. Leland gostava de se chamar “*antiquarius*” e já foi até mesmo dito que ele fora apontado antiquário pelo rei; quanto a isto, porém, parece não existir nenhuma prova. Mas ele afirmou que se propusera a utilizar os materiais coletados para um trabalho que seria intitulado “*De Antiquitate Britanniae*” ou talvez “*Historia civilis*”. Enquanto o estudante das antiguidades gregas e latinas não se considerava apto a considerar a si mesmo um historiador, o estudante das antiguidades britânicas ou franceses e de outros lugares se distinguia apenas formalmente do estudante da história desses países e, por causa disso, estava inclinado a esquecer a distinção. No século XVI e no começo do século XVII, portanto, havia tanto antiquários quanto historiadores (muitas vezes indistintos uns dos outros) para o mundo não clássico e pós-clássico, mas apenas antiquários para o mundo clássico.

A situação transformou-se na segunda metade do século XVII.²³ A distinção entre estudantes do mundo clássico e estudantes do mundo não clássico passou a desaparecer. Livros acerca da história grega e romana que não se subordinavam ao esquema da história universal começaram a ser escritos. Eles se colocavam a tarefa de ou apresentar um relato dos eventos para os quais as evidências eram encontradas principalmente em moedas, inscrições e vestígios arqueológicos ou selecionar e ordenar o que era mais confiável nas fontes literárias antigas ou, ainda, oferecer uma nova interpretação da evidência antiga a partir de um ponto de vista moral ou político. De fato, é correto considerar que, no geral, todo trabalho histórico de finais do século XVII e inícios do XVIII procura satisfazer apenas um desses três propósitos gerais. Vaillant escreveu a histórias dos Ptolomeus e dos Seleucidas valendo-se de moedas (1701, 1681); Tillemont escreveu a história do Império

romano para mostrar o que havia de mais confiável nas fontes literárias antigas (1693-1707); Echard, por volta de 1697, e Verlot, em 1719, introduziram na história romana a noção popular de que a história era feita através de revoluções. A, até então, consagrada forma discursiva da história não era mais considerada suficiente para o terceiro propósito e até mesmo escritores menores daquela época estavam cientes da novidade inerente na produção de livros sobre história grega e romana. L. Echard escreve, no prefácio a *Roman History from the Building of the City to the Perfect Settlement of the Empire by Augustus*, cuja terceira edição data de 1697, que

Nunca houve nada desta espécie no nosso idioma antes tampouco nada relacionado aos assuntos romanos, mas apenas o que estava entremeadado com outra História ou o que continha apenas alguns poucos anos desta Parte. Eu não consider nenhum de alguma nota com exceção de Raleigh, Ross, Howel, o Autor da *History of the Two Triumvirates*, e Pedro Mexía, Autor da *História Imperial*, sendo as duas últimas traduções.

Os jesuítas Castrou e Rouillé escreveram no prefácio a sua *Histoire Romaine* (1725 ff.) estas palavras ainda mais reveladoras:

Até nosso tempo, a República das Letras se encontrava destituída de uma garantia tão necessária que se obstinava, todavia, a recusá-la. Na verdade, os eruditos de profissão estavam esgotados em pesquisas sobre os Costumes, as Maneiras, sobre a Milícia, sobre os tipos de Governo, sobre as Leis e sobre as vestimentas dos Romanos... Os nomes de Tito Lívio, de Denis de Halicarnasso, de Políbio, de Plutarco e de tantos outros os faziam respeitar tanto a ponto de não ousar incorporá-los junto.

Como eles deixavam claro, os antiquários precederam os historiadores, porque durante muito tempo ninguém teve a audácia de substituir Lívio e seus pares.

Os antiquários, ao coletarem muitas de suas evidências fora das fontes literárias, contribuíram para tornar aparente a necessidade de novas histórias. Mas a ascensão da nova historiografia sobre Grécia e Roma levaria, em último caso, a levantar a questão acerca de se as descrições estáticas do mundo antigo tinham o direito de sobreviver lado a lado com a explanação histórica. Ambos os pontos merecem uma cuidadosa análise. A nova importância atribuída à evidência não literária é compreensível apenas se confrontada com o pano de fundo da grande reforma do método histórico que tomou lugar na segunda parte do século XVII. Por outro lado, a valorização da abordagem antiquária para o mundo clássico foi questionada tanto no século XVIII quanto no XIX, porém por diferentes motivos em cada século.

A controvérsia dos séculos XVII e XVIII sobre o valor da evidência histórica

Os termos da controvérsia

No século XVII, disputas religiosas e políticas haviam invadido a história e desacreditado o historiador. Facilmente percebiam-se opiniões em tudo, e a conclusão natural foi desacreditar toda a tribo dos historiadores. Ao mesmo tempo, tentativas foram feitas para se estabelecer o conhecimento histórico em bases mais seguras através da análise minuciosa das fontes e, se possível, a partir de outras evidências que não aquelas fornecidas pelos historiadores passados. Uma atitude generalizara-se, porém este ceticismo nem sempre implicava um completo pessimismo acerca da possibilidade de um sólido conhecimento histórico.²⁴

Mentes críticas enfatizavam o quão pouco se sabia. Em seu ensaio de 1686, *Du peu de certitude qu'il y a dans l'histoire*, La Mothe Le Vayer formulou o que viria a ser conhecido como pirronismo histórico; Richard Simon e Bentley demonstraram até que ponto o amplo uso da crítica poderia ir no exame da história sacra e profana. Em 1682, Bayle começou a mostrar a que viera quando declarou,

em sua *Critique générale de l'histoire du calvinisme*, que “[...] é bastante constrangedor conseguir chegar até a evidência [...]”, e adicionou: “[...] em uma palavra, não há trapaça maior que aquela que se pode exercer sobre os monumentos históricos”. Nas próximas décadas, o cenário intelectual europeu seria sobrepujado pela enorme erudição e pela penetrante crítica do *Dictionnaire historique et critique*, um best-seller apesar de suas dimensões. Ernst Cassirer uma vez considerou Bayle o protótipo do erudito moderno que não tem outra preocupação que não o avanço do saber (CASSIRER, 1932, p. 269). Para os contemporâneos, ele era Bayle o cético, “[...] o ilustre Bayle que ensinou tão bem a duvidar [...]”, como o Barão Holbach notou com simpatia (HOLBACH, 1821, II, cap. 12, p. 351, n. 1).²⁵ Seu pirronismo histórico estava mais claramente relacionado com sua desconfiança de dogmas e crenças ingênuas. Em outro pirronista, Daniel Huet, bispo e tutor do delfim que, em 1722, causou escândalo póstumo com seu tratado sobre a fraqueza do entendimento humano, o ceticismo absoluto definitivamente triunfa sobre o ceticismo quando se trata de fontes históricas. Duas circunstâncias são relevantes aqui. Primeiro, Huet chegara ao ceticismo por meio de sua longa trajetória como pioneiro no estudo comparado da religião, do qual sua mais importante produção foi a *Demonstratio evangelica*, de 1672.²⁶ Segundo, a refutação de seu pirronismo, próxima em importância à clássica feita por J. P. de Crousaz (1733), veio de um antiquário – nomeadamente, L. A. Muratori, em *Delle forze dell'entendimento umano ossia il pirronismo confutato*. Muratori, que incidentalmente gostaria de acreditar que o trabalho póstumo de Huet era uma falsificação feita por algum adepto da perigosa seita de La Mothe Le Vayer e Bayle, percebeu que o conhecimento histórico não é mais possível se não se admitir que existem “[...] coisas sensíveis das quais se tem e se pode ter uma idéia clara e indubitável”.

O pirronismo histórico atingia tanto as lições tradicionais da história quanto as crenças religiosas tradicionais.²⁷ Era apenas natural que os membros das congregações religiosas (bolandistas, mauristas)²⁸ fizessem algumas das melhores contribuições em direção ao estabelecimento da distinção entre dúvidas razoáveis e não razoáveis em matéria de história. Mas a busca por regras históricas seguras não estava limitada a eles. O debate acerca do

pirronismo tomou conta das universidades germânicas protestantes que estavam naquela mesma época fazendo sua primeira contribuição conspícua para o método histórico. A controvérsia passou dos historiadores e filósofos para os advogados, os quais, ao terem como uma de suas preocupações tradicionais a confiabilidade das testemunhas, poderiam trazer sua experiência para lidar com este assunto. Todas estas pessoas tentavam determinar as características do que elas poderiam chamar evidência confiável. Livros sobre as regras retóricas que comandavam a escrita histórica ainda eram produzidos, é claro. Os jesuítas escreveram alguns clássicos deste gênero (P. Rapin, P. Le Moyne), mas um novo tipo de tratado para a escrita histórica desenvolveu-se, o qual escapava à *Ars historica* de matriz retórica da Renascença e estava praticamente confinado ao método de interpretar e criticar fontes históricas. Alguns manuais estavam preocupados principalmente com a crítica textual (a determinação da autenticidade e a correção de textos): a *Ars critica*, de J. Le Clerc (1697) é o mais importante desses tratados. Outros, como o *Traité des différentes sortes de preuves qui servent à établir la vérité de l'histoire* (1769), de Henri Griffet, ocupavam-se sobretudo do valor histórico das autoridades originais.

Uma maneira de responder a esta questão era através da distinção entre evidências literárias e outras evidências tais como diplomas, inscrições, moedas e estátuas. Assumia-se que documentos e outras declarações públicas, moedas, inscrições e monumentos eram evidências mais qualificadas que as fontes literárias. Como um dos advogados interessados na questão disse:

Verdadeiramente, os fundamentos e sentenças da causa pelos quais a verdade é revelada são precipuamente monumentos e documentos públicos que são abordados com cuidado singular nos arquivos das autoridades. Sem dúvida, quando arquivos públicos não são revelados a todos ou arruinados pelo rigor dos tempos, é mister buscar outros testemunhos para os eventos, como monumentos públicos, colunas e estátuas erigidos em todo lugar pelos antigos (RECHENBERG, 1709, p. 8).²⁹

Desse modo, o valor de uma história dependeria em grande medida da quantidade de documentos públicos, inscrições e moedas examinadas pelo historiador. No sexto volume das *Mémoires de Littérature de l'Académie Royale des Inscriptions* (1729), quatro autores – Anselme, De Pouilly, Salier e Fréret – debateram as tradições a respeito da origem de Roma de uma forma que implicava o exame geral dos princípios da crítica histórica. O tema da discussão foi exposto da seguinte maneira pelo Abade Anselme:

Eu, então, expus que a antiguidade não estava tão desprovida, como se queria dizer, das garantias necessárias à história e que, além das memórias que foram conservadas, aquilo que havia de obscuro e de confuso foi substituído por monumentos autênticos.³⁰

Os argumentos dos acadêmicos eruditos foram depois desenvolvidos, em 1738, por L. de Beaufort, em sua obra *Sur l'incertitude des cinq premiers siècles de l'histoire romaine*.

Por outro lado, o historiador poderia depender apenas da tradição, ou seja, dos relatos de pessoas das quais se afirmava ou que se diziam elas mesmas testemunhas oculares dos eventos históricos. Logo tornou-se essencial determinar os critérios pelos quais a tradição poderia ser válida, mesmo que não fosse apoiada por evidências independentes como moedas, inscrições ou diplomas. A seleção de uma tradição válida implicaria uma série de questões sobre a boa fé da testemunhas e os meios para se certificar disso, sobre a interpretação da evidência, assim como sobre os equívocos intencionais ou não que a interpretação da evidência poderia levar. Christian Thomasius e seus seguidores especializaram-se na discussão da noção de *fides historica*, a qual foi definida do seguinte modo por M. Lupin (*De fide iuridica*, 1699):

A fidelidade histórica é a presunção da verdade acerca daquilo que se afirma ter ocorrido aos homens ou por estes ter sido empreendido; todas as coisas nascidas de conjecturas das circunstâncias frequentemente não soem nos induzir ao erro. Ora, não são elas asseveradas por nada que

fora encontrado pelos homens ou prescrito pelas regras, são, todavia, abandonadas ao livre raciocínio de qualquer um pelas opiniões (que são, muito embora, vãs).³¹³²

O estudo da Escritura Sagrada era apenas um caso extremo da análise de uma tradição que quase em sua totalidade não era apoiada por evidências independentes. A formulação de critérios internos suficientes para o estabelecimento da boa fé das fontes era a única maneira de prover uma resposta aos céticos na ausência de fontes documentais independentes ou de material epigráfico ou arqueológico em quantidades consideráveis.³³ Toda a discussão entre Charles Blount (1680) e Charlie Leslie (1698) e, depois, entre Th. Woolston (1727) e o Bispo Sherlock (1729) a respeito dos milagres de Jesus centrou-se sobre a fidedignidade dos autores dos evangelhos enquanto testemunhas. Contra Blount, que afirmara que não havia prova melhor dos milagres de Jesus que os milagres de Apolônio de Tiana, Leslie respondeu valendo-se do que ele chamava seu “Método Rápido e Fácil” de selecionar bons testemunhos – se o método era tão fácil ou rápido quanto Leslie pensava é outra questão. Mesmo quando, sob a influência de J. D. Michaelis, mais atenção era dada às antiguidades hebraicas, o debate a respeito da boa fé das fontes continuou a ser o principal método de determinar a verdade da Bíblia.

No caso da história romana, as *Animadversiones Historicae* (1685), de Perizonius, foram uma sólida tentativa de realizar uma análise metódica da evidência literária sem o recurso à evidência documental. Quando a vaga do pirronismo ascendia perigosamente, ele defendeu sua posição – a de uma crítica moderada – em sua *Oratio de fide historiarum contra Pyrrhonismum Historicum* (1702). Seu argumento principal era de que em certos casos se pode acreditar nos historiadores, porque eles falavam contra os interesses das causas que defendiam.

A complexa crítica filológica tal como Perizonius buscava realizar não se desenvolveu completamente até o começo do século XIX, quando técnicas mais sutis permitiram aos eruditos descobrirem as fontes literárias, se é que elas existiam, de qualquer fonte literária. No século XVIII, ninguém tinha uma noção

precisa ainda das fontes de Diodoro Sículo ou de Tácito, assim como a personalidade do próprio historiador era ainda de algum interesse, com exceção de alguns poucos casos. Também a noção de que se deve respeito à tradição como manifestação de crenças populares não recebera ainda grande atenção. Enquanto aspectos como esses não eram cuidadosamente considerados, era inevitável que os documentos oficiais, as moedas e inscrições fossem vistos como mais confiáveis que a evidência literária baseada apenas na tradição. Era acima de tudo uma questão de quantidade. O senso comum ofereceria resistência insuperável à noção de que milhares de documentos e outras evidências materiais podiam ser tão facilmente forjados quanto textos literários isolados.

A ênfase na evidência não-literária

Em 1671, o fundador da numismática moderna, Ezechiel Spanheim, lembrou seus leitores do *obiter dictum* de Quintiliano: “Os historiadores discordam sobre tudo” (II, 4, 19). Para isso, ele oferecia um remédio:

Em nenhum outro lugar se nos apresenta sentinela mais segura do que a que jaz nas moedas e mármore antigos. Esta regra – ou conclusão – certamente não engana. Sem dúvida, estes subsídios supérstites ostentam à frente sempre a fé dúbia dos exemplares transcritos, porém, sozinhos, se arrogam, em compensação, da dignidade primogênita dos autógrafos.

Em outra passagem, a alusão ao descrédito contemporâneos dos historiadores é ainda mais explícita:

Seja por ódio ou amor (ou mesmo por simples descuido), os próprios autores de Histórias ou Anais dão a lume indevidamente muitas coisas que não podem por este tempo ser retificadas ou refutadas completamente, a não ser por certos registros públicos.

Em 1679, Jacques Spon, com o ardor de um apóstolo de um novo método, proclamou a superioridade da evidência arqueológica em sua *Réponse à la critique publiée par M. Guillet*, na qual lançou o seguinte desafio a seu oponente:

Ele nos fará ver em suas primeiras dissertações como, por uma inaudito milagre, os Autores antigos, homens que eram, tinha menos paixão que o mármore e o bronze do presente [*d'apresent*], e como, pelo contrário, o bronze e o mármore de então eram mais suscetíveis de paixão que os homens deste século.

Já no ano de 1697, Francisco Bianchini publicou *La Istoria Universale provata con monumenti e figurata con simboli degli antichi*. O que a torna admirável é a convicção subjacente de que a evidência arqueológica (ou, como Bianchini chama, “*storia per simboli*”) fornece uma base mais segura para a história que a evidência literária. Segundo Bianchini, os cronógrafos não percebem que se equivocam quando citam somente fontes literárias. Frente a estas, a evidência arqueológica é, ao mesmo tempo, “[...] símbolo e prova do que aconteceu [...]” (“As figuras dos fatos, advindas de monumentos da antiguidade até hoje conservados, me pareceram, juntos, símbolos e provas da história”). Bianchini sabe que a superioridade das provas arqueológicas é geralmente admitida por seus contemporâneos: o estudo dos monumentos antigos está “de acordo com o espírito de nossa época”. Outros já comentaram com o mesmo fervor do século XVII como o “século da numismática”. Bianchini, mais tarde, aplicou seu método à história eclesiástica dos primeiros séculos da Igreja, todavia ele faleceu antes de completar seu trabalho, o qual foi continuado e publicado por seu sobrinho, Giuseppe Bianchini, em 1752, sob o título de *Demonstratio Historiae Ecclesiasticae quadripartitae comprobatae monumentis pertinentibus ad fidem temporum et gestorum*. Addison, portanto, ecoou uma opinião generalizada quando observou que “[...] é muito mais seguro citar uma medalha que um autor, pois neste caso não se apela a Suetônio ou Lamprídio, mas ao próprio imperador ou ao conjunto todo do Senado romano”.

Bianchini era astrônomo; Jacques Spon, médico, assim como seus amigos Charles Patin, Charles Vaillant e outros numismatas e antiquários. H. Meibomius, um dentre eles, observou em 1684: “Não sei dizer decerto por se algum peculiar designo, nós médicos fomos capturados pelo estudo da matéria antiga da numismática”. Eles trouxeram algo do método da observação científica direta para a pesquisa histórica (HEIBOMIUS, 1684; AMOLDUS, 1683).³⁴

Os pirronistas não tardaram a apontar que até mesmo diplomas, inscrições, moedas e monumentos não estão acima de suspeitas. Essas evidências podem tanto ser falsificadas quanto interpretadas de modos diferentes. F. W. Berlingius, o autor de duas impressionantes dissertações intituladas *De iudicio histórico* e *De pyrrhonismo histórico*, publicadas respectivamente em 1703 e 1707, escreveu:

A arte de interpretar inscrições é demasiado enganadora, demasiado incerta. [...] As moedas são submetidas às mesmas dúvidas [...]. Vês, portanto, que qualquer fonte histórica, os monumentos da Antiguidade, tudo enfim, são levados a justamente padecer de sua própria incerteza (BERLINGIUS, 1707, p. 50).

Outro cético moderado, Gilbert Charles Le Gendre, em seu *Traité de l'opinion ou Mémoires pour servir à l'histoire de l'esprit humain*, o qual recebeu quatro edições entre 1735 e 1758, insistiu sobre o duvidoso valor da evidência arqueológica: “[...] às vezes o mármore e o bronze mentem”. É importante notar que ele ampliou a seção sobre monumentos enganadores após a primeira edição. Evidentemente a questão tornava-se cada vez mais importante.³⁵

Julgando-se a partir da evidência contemporânea, os pirronistas, contudo, falharam em causar impressão na maior parte dos eruditos. Jacques Spon e outros antiquários foram aclamados numa das muitas dissertações dirigidas ao estabelecimento do valor das inscrições no campo jurídico:

Bem-aventurados sejam – rogamos – os pios manes de Gruter, Reisenius, Spon, Fabrettus e de todos aqueles que, com seu empenho, contribuíram de modo louvável para a

descrição de antigas inscrições, particularmente romanas, de lápides, estelas e mármore. De fato, caso fossem reunidos aqueles monumentos erguidos um a um, não serviriam para perfeitamente corroborar a credibilidade da História antiga e explicar a maior parte dos capítulos da Mitologia e de todo gênero de Antiguidades, mas etc (WUNDERLICH, 1750).³⁶

Em 1746, a comparação sistemática entre evidências literárias e não literárias foi aceita como um critério ortodoxo contra o pirronismo histórico em Joh. Aug. Ernesti, *De fide historica recte aestimanda* (ERNESTI, 1776, p. 68).³⁷ A mesma opinião foi expressa, no ano seguinte, por Chr. A. Crusius, *Weg zur Gewissheit und Zuverlässigkeit der menschlichen Erkenntnis*, e foi codificada num dos mais importantes tratados sobre o método histórico do século, o *Allgemeine Geschichtswissenschaft*, escrito por J.M. Chladenius (1752).³⁸ Em Göttingen, a prontidão do historiador em realizar o estudo de fontes não literárias foi oficialmente reconhecida em 1766, com a fundação do Instituto Histórico. Este foi uma criação de Gatterer e se devotou principalmente àquelas ciências auxiliares (diplomática, numismática etc.) através das quais, como Chr. G. Heyne explicou em seu discurso inaugural, “[...] pelos argumentos históricos se faz a credibilidade histórica” (“*historicis argumentis fidem faciunt*”) (HEYNE, 1785, p. 280).³⁹ Não faltavam, é claro, aqueles que preferiam evidências não literárias a evidências literárias nos séculos anteriores. Pode-se facilmente atribuir esta preferência a Ciríaco de Ancona,⁴⁰ em fins do século XVI, Antonio Agostino deu vazão à mesma crença numa frase incidental: “Eu dou mais fé às medalhas, inscrições e pedras, que a tudo que dizem os escritores” (AGOSTINO, 1587, p. 377).⁴¹ Claude Chifflet, seu contemporâneo, observou que “[...] o conhecimento das moedas antigas apazigua antigas controvérsias históricas” (CHIFFLET, 1628, p. 12).⁴² Citações como essas provavelmente podem ser multiplicadas. Elas não alteram o fato de que se passou a atribuir uma autoridade especial a evidências não literárias no final do século XVII e início do XVIII.

A extraordinária história de Père Hardouin somente pode ser compreendida à luz deste contexto. Seu caso é notoriamente patológico. Começando pelo estudo da numismática, ele passou a

encontrar contradições entre as moedas e os textos literários que lentamente lhe fizeram chegar à conclusão de que todos os textos antigos (com exceção de Cícero, as *Geórgicas*, de Virgílio, as *Sátiras* e as *Epístolas*, de Horácio, e seu estimado Plínio, o Velho) foram forçados por um bando de italianos no século XIV tardio. Ele chegou mesmo a identificar o líder deste grupo: Severus Archontius, que distraidamente deixou uma pista sua enquanto numismata numa passagem da *Historia Augusta* (Firmus Sat., 2, I). Hardouin levou a preferência contemporânea por evidências não literárias e a suspeita que sua época nutria pela evidência literária até o ponto da loucura. La Croze escreveu todo um volume contra Hardouin (1708). Dom Tassin e Dom Toustain justificaram seu enorme *Nouveau Traité de Diplomatie* (1750-1765) com o argumento de que, entre outras coisas, o livro tornaria impossível o surgimento de um outro Hardouin. A descoberta da falsificação do conjunto das obras de Santo Agostinho e da *Divina Comédia* estavam, é bastante sabido, entre os resultados das descobertas de Hardouin.⁴³

Quando traçamos um panorama dos feitos dos antiquários em formular as regras da interpretação adequada da evidência não literária, precisamos fazer uma clara distinção. O sucesso foi completo no que toca ao estabelecimento de regras seguras para o uso de diplomas, inscrições e medalhas, tanto no campo da autenticação quanto no da interpretação. A resistência encontrada pelo *De re diplomatica* (1681), de Jean Mabillon, era nada mais do que esperada de um trabalho assumidamente polêmico. Ataques como o do jesuíta P. Germon em seu *De veteribus regum francorum diplomatibus et arte secernendi antiqua diplomata vera a falsis ad R. P. Mabillonium disceptatio* (1703) foram sintomáticas sobretudo do conflito entre ordens religiosas, pois em pouco tempo foi reconhecida a grande autoridade do trabalho de Mabillon. Suas pesquisas paleográficas foram estendidas ao grego por seu colega Montfaucon, que também deu o atual nome da disciplina em sua *Palaeographia graeca* (1708).⁴⁴ Por outro lado, Scipione Maffei aperfeiçoou a classificação das grafias ocidentais e formulou as regras da crítica epigráfica na *Istoria Diplomatica* (1727) e no tratado, não publicado, *Ars Critica Lapidaria* (1765). Quanto às moedas, uma série de grandes eruditos de Spannheim a Eckhel (1792) não deixou dúvidas a respeito da maneira apropriada de manejá-las.

Vasos, estátuas, relevos e pedras falavam uma língua muito mais difícil. A imponente literatura sobre os *emblemata* que se acumulara desde Alciato não contribuía para a compreensão deste idioma. Dado um monumento com imagens, como entender o que um artista quis dizer com ele? Como podemos distinguir entre o que é puramente ornamental e o que está ali para expressar uma crença religiosa ou filosófica? A história das tentativas de criação de uma iconografia científica a partir de, digamos, as *Miscellaneae Eruditae Antiquitatis* (1679), de Jacques Spon, ao *Polymetis* (1747), de J. Spence, passando pela *L'Antiquité expliquée* (1718), de Montfaucon, ainda está por ser escrita. A preocupação que Winckelmann carregara por toda sua vida acerca da iconografia, culminando na *Versuch einer Allegorie besonders für die Kunst* (1766), deve ser entendida sobre este pano de fundo. Qualquer que seja a importância dos resultados aos quais Winckelmann e seus predecessores chegaram, a extensão da concordância entre antiquários era incomparavelmente menor nesta área que no campo da numismática, epigrafia ou diplomática.⁴⁵ Quem quer que tenha lido *Le Symbolisme Funéraire des Romains*, publicado em 1942 por Franz Cumont, e a crítica deste livro feita por A. D. Nock no *American Journal of Archaeology* em 1946 pode suspeitar que depois de dois séculos ainda estamos longe de uma interpretação geralmente aceita de certos tipos de imagens.

Se é verdade que ainda sofremos de uma falha dos antiquários do século XVIII em produzirem um dicionário convincente das artes figurativas, seus desenvolvimentos imediatos não foram afetados. Armados de tratados de valor mais ou menos permanentes sobre numismática, diplomática, epigrafia e iconografia, os antiquários setecentistas podiam se aventurar em novos e velhos campos com uma segurança que faltava a seus antecessores. O antiquário podia transformar-se num historiador ou poderia ajudar um historiador a escrever histórias de um novo tipo. Talvez seja o bastante se retomarmos aquela que talvez tenha sido a maior contribuição do exame setecentista de evidências não literárias para o conhecimento histórico: a descoberta da Itália pré-romana.

Um exemplo do amplo uso de evidências não literárias

O polêmico Thomas Dempster é uma personagem pitoresca da migração de escoceses católicos à Itália no começo do século XVII. Ele faleceu em 1625, enquanto ocupava o cargo de professor de Humanidades em Bolonha, deixando a reputação de possuir muito conhecimento mas pouco juízo – uma reputação que não faz justiça ao seu principal trabalho publicado em vida, uma nova edição das *Antiquitates*, de Rosinus. Eu ainda não tive a oportunidade de esclarecer porque seu manuscrito intitulado *De Etruria Regali* permaneceu sem ser publicado até que ele caiu nas mãos de Thomas Coke, depois Conde of Leicester, cerca de um século depois. Coke estava certo ao afirmar em seu prefácio, que “Certamente, pode parecer admirável que a Fortuna assim se dispôs: não somente reservou ela particularmente a um britânico a tarefa de escrever acerca dos feitos dos antigos etruscos, mas também que este mesmo livro caísse por acaso nas mãos igualmente de um britânico”. Dempster coletou apenas evidências literárias e algumas poucas evidências epigráficas acerca da Etrúria. É relevante para a maior ênfase do século XVIII em evidências arqueológicas, porém, que o editor da obra considerou impossível publicar o manuscrito tal qual ele se encontrava: ele pediu a um antiquário de grande sobrenome, Filippo Buonarroti, que adicionasse as evidências monumentais. O livro, um estranho apanhado do conhecimento antiquário ao longo de dois séculos, foi publicado em Florença, em 1723. Foi um sucesso inusitado. Não se publicara muito a respeito dos etruscos ao longo do século XVII após os trabalhos de Inghirami e Reinesius (1637); agora, havia uma enxurrada de livros e dissertações. Em 1726, a Accademia di Cortono, com seu Lucumoni e suas importantes dissertações, foi fundada por Onofrio Baldelli; em 1735, por sua vez, a Società Colombaria de Florença iniciou seus trabalhos. Todos reconheciam que Dempster era a fonte de inspiração para o renovado interesse pela Etrúria. Este interesse, entretanto, não era primariamente literário; pelo contrário, ele estava centrado no estudo da evidência arqueológica. Os museus etruscos de Volterra, Cortona e Montepulciano, fundados respectivamente por Guarnacci, Baldelli e P. Buccelli, originaram-se nestes anos. Em 1744, os assim chamados

vasos etruscos já haviam conquistado o direito a uma sala própria no Vaticano. O *revival* arqueológico espalhou-se da Toscana para outras partes da Itália: a Accademia di Antichità Profane, em Roma, foi criada no ano de 1740; a Accademia degli Ercolanesi, em 1755. A descoberta de Herculano e Pompeia foi o resultado mais visível dessas iniciativas.

Thomas Dempster fez sucesso porque os eruditos italianos estavam em busca de um novo foco para seus sentimentos patrióticos e seus interesses culturais. Profundamente enraizados em suas tradições regionais e suspeitosos de Roma por várias razões, eles encontraram o que queriam nos etruscos, pelargos e outras tribos pré-romanas. O patriotismo local foi agraciado pela antiguidade das civilizações pré-romanas. O novo interesse pelas evidências não literárias sugeriu a possibilidade e forneceu a técnica para essa exploração. O método antiquário, combinado com o ressurgimento do sentimento patriótico, produziu eruditos de incomum excelência na Itália por um período de cerca de cem anos (FIESEL, 1931; GASPERONI, 1939; MASCIOLI, 1942, p. 366-384).⁴⁶

O ensaio de juventude, publicado por Vico, em 1710, – *De antiquissima Italorum sapientia* – tinha menos a ver com o mundo antigo, com exceção do título, do que com metafísica. É preciso ter uma coisa em mente quando se trata de Vico. Apesar de muito atualizado nos conhecimentos linguísticos, teológicos e jurídicos de sua época, os métodos de Spannheim, Mabillon e Montfaucon praticamente não lhe causaram efeitos. Ele admirava Mabillon, e referiu-se ao menos uma vez a Montfaucon, mas não assimilou de fato sua erudição. Ele estava isolado em sua época em parte porque era um grande pensador, mas também em parte porque ele era um erudito pior que seus contemporâneos. O movimento antiquário do século XVIII passou batido por ele (VICO, 1942, I, p. 206; II, p. 225).⁴⁷

Muitas teorias fantásticas foram produzidas na época, como aquela do *Origini italiche*, de Guarnacci, na qual os etruscos e os sármatas se tornavam perigosamente próximos. Até mesmo o perspicaz Denina permitiu-se uma descrição idílica da Itália antes do domínio romano com sua pacífica sociedade de pequenas cidades e estados. Até mesmo Tiraboschi começou sua *Storia della Letteratura Italiana* com os etruscos. A celebração da Itália pré-romana que foi

tão frequente no começo do Risorgimento (CROCE, 1947, I, p. 52) não é menos característica dos historiadores italianos setecentistas. Aqui localizam-se as raízes de muitas das ideias do *Primato*, de Gioberti. A pesquisa séria, porém, andava lado a lado com o pensamento mítico. Suspeitar que os etruscos eram os responsáveis sempre que os assim chamados vasos etruscos eram encontrados significava colocar o problema em bases arqueológicas, o que não era muito comum. As descobertas no sul da Itália logo levaram ao reconhecimento de que muitos desses vasos eram o trabalho puro de artesãos gregos – uma noção já familiar para Winckelmann. A ideia de que as *Tabulae Eugubinae* tinham origem etrusca foi completamente descartada.⁴⁸ A coleção de monumentos de Gori mostrou possuir importância menor e, no final do século, o *Saggio di lingua etrusca*, de Lanzi, forneceu uma excelente demonstração da pesquisa metódica.

Quando Willamowitz foi a Itália em 1925, ele recomendou aos futuros eruditos italianos, em um discurso em Florença, que eles se dedicassem ao estudo da Itália pré-romana. Foi fácil para Croce apontar que a ideia já datava de pelo menos um século na Itália. Ele poderia ter dito que ela já tinha dois séculos de idade (CROCE, 1932, p. 150-152).

No século XVIII, os italianos voltaram a Grécia por via da Etrúria e da Magna Grécia. As moedas sicilianas que o príncipe Torremuzza coletou e que Goethe viu, os papiros de Herculano e aqueles que foram posteriormente reconhecidos como vasos de origem helênica, todas estas evidências falavam grego. A discussão entre aqueles eruditos, como Passeri, que admitiam a prioridade da Grécia e aqueles, como Guarnacci, que apoiavam as reivindicações da Etrúria tornaram possível reconhecer como haviam sido próximos os contatos entre etruscos e gregos. Uma nova sensação de intimidade com o mundo grego é perceptível na Itália setecentista após o longo intervalo da Contrarreforma. Os *Fasti Attici* (1744), de O. Corsini, e os *Monumenta Peloponnesia*, de P. M. Paciaudi (1761), estenderam o interesse das colônias gregas para a própria Grécia. Vários elementos do complexo que tornou possível a Foscolo se declarar italiano e a Leopardi escrever sua poesia podem ser traçados de volta aos museus, às necrópoles e às sociedades letradas.⁴⁹

Os conflitos entre antiquários e historiadores nos séculos XVIII e XIX

O conflito no século XVIII

44 O que caracteriza a escrita da história em finais do Seiscentos e inícios do Setecentos é o grande número de historiadores cuja principal preocupação era determinar a verdade de cada evento pelos melhores métodos de pesquisa. Eles compartilhavam essa preocupação com os antiquários contemporâneos cujos métodos, na verdade, frequentemente seguiam. Logo, ainda que a diferença entre um livro de história e um livro de antiguidades permanecesse formalmente clara, os objetivos dos historiadores eram muitas vezes idênticos àqueles dos antiquários. Ambos procuravam a verdade factual, não a interpretação das causas ou o exame das consequências. Segundo os termos da resposta de Mark Pattison a De Quincey, pensar não era seu trabalho (PATTINSON, 1892, p. 449; CROCE, 1949, p. 241). Quando os historiadores “filosóficos” começaram a atacar a erudição, o prestígio tanto dos antiquários quanto dos historiadores “eruditos” foi afetado. Em sua busca por evidências seguras, os historiadores eruditos (*learned historians*) e os antiquários foram capazes de esquecer que a história é a reinterpretação do passado que leva a conclusões a respeito do presente. Os historiadores filosóficos, dentre os quais se incluíam Montesquieu e Voltaire, por seu turno, levantavam questões sobre o presente. De fato, eles faziam perguntas de natureza tão radical a respeito do desenvolvimento da humanidade que a exatidão dos detalhes poderia lhes parecer irrelevante e para as quais, incidentalmente, as fontes literárias poderiam prover uma resposta mais satisfatória que os “*thesauri*” dos antiquários. Voltaire aprovava as dúvidas de seus colegas mais eruditos acerca de muitos detalhes da tradição histórica, mas ele não achava necessário substituí-las por minúcias mais fidedignas. Ele as deixava de lado considerando-as irrelevantes e procurava uma abordagem diferente da história. A noção de civilização transformou-se no assunto principal da história – e a história política subordinou-se a ela. Temas como arte, religião, costumes e comércio, que até então haviam pertencido ao campo do

antiquário, transformaram-se nos assuntos que os historiadores filosóficos normalmente tratavam, porém dificilmente da mesma forma que os antiquários os estudavam. Muitos compartilhavam o desprezo de Horace Walpole em relação àqueles que pensavam que tudo que era antigo tinha de ser preservado como tal. Já o *Discours Préliminaire de l'Encyclopédie* (1751), não poderia ser mais explícito:

O país da erudição e dos fatos é inesgotável; crê-se, por assim dizer, ver todos os dias aumentar sua substância pelas aquisições que ali se faz sem cessar. Ao contrário, o país da razão e das descobertas é de uma tão pequena extensão e frequentemente, no lugar de aprender ali o que se ignorava, não se chega a não se com muito estudo a desaprender o que se pensava saber.

E como Gibbon notou,

Na França [...] o estudo e a língua de Grécia e Roma foram negligenciados por uma época filosófica. A sentinela destes estudos, a *Académie des Inscriptions*, foi degradada ao local mais baixo dentre as três sociedades reais de Paris: a nova denominação de *Érudits* foi aplicada desdenhosamente aos sucessores de [Justus] Lipsius e [Isaac] Casaubon.

Ao reinterpretar a história política do mundo clássico, Vertot, Middleton, Ferguson e Gillies, pouco preocupavam-se com discussões sobre fontes.

No campo da religião antiga, a duradoura colaboração entre o antiquário e o filósofo foi perturbada. No século XVII, era cada vez mais claro que o conhecimento das línguas orientais e da história era necessário para entender a religião cristã. Em 1617, John Selden publicou seu incontornável *De Diis Syris*; dez anos mais tarde, D. Heinsius argumentou, em seu *Aristarchus Sacer*, que mesmo a linguagem dos Evangelhos não poderia ser totalmente compreendida sem algum conhecimento dos idiomas do Oriente. O Islã tornou-se mais bem-conhecido e, depois, atraiu alguma simpatia; a maior familiaridade com a filosofia judaica medieval trouxe o

problema da origem da idolatria para termos que já haviam sido formulados séculos antes. O tratado de Johann Gerardus Vossius, *De theologia gentili et physiologia christiana sive de origine et progressu idolatraque* (1641), por exemplo, vinha acompanhado do texto e da tradução da *Mishnah Torah*, de Maimônides. O contato com povos pagãos da Ásia e da América permitiu um olhar mais acurado para as características básicas da idolatria. As perguntas que os estudiosos se faziam eram (a) como o politeísmo veio a substituir o monoteísmo primitivo; (b) qual era a relação entre a lei mosaica e as instituições das nações vizinhas; (c) que espécie de confirmação da verdade hebraica ou cristã, se é que havia, podia ser encontrada nos textos pagãos. O método para responder estas perguntas, era normalmente composto por uma combinação de etimologia com a comparação de rituais e dogmas. O sacrifício de Frixo⁵⁰ podia ser comparado com o de Isaac; Sarapis e José, o filho de Jacó, talvez possam ter sido a mesma pessoa; facilmente percebeu-se que o nome de Vulcano era idêntico ao de Tubalcain. Até mesmo a queda de Troia foi tomada como uma descrição profética da destruição de Jerusalém por Nebuchadnezzar. Empréstimos hebraicos ou fenícios passaram a estar na moda após os trabalhos de Estienne Guichart e Samuel Bochart e, em 1700, Thomas Hyde disponibilizou textos persas – nem sempre com as melhores consequências.

A resposta para a questão das origens variava do evemerismo⁵¹ à intervenção de demônios e artimanhas de filósofos e sacerdotes. Mas era mais ou menos reconhecido que algum país – de preferência o Egito – havia sido o centro de difusão da noção filosófica de monoteísmo. O jesuíta Athanasius Kircher convenceu-se de que a *Mensa Isiaca*⁵² fornecia a evidência de que os egípcios acreditavam na Trindade (1652). H. Witsius somente conseguiu defender a originalidade do monoteísmo judaico, em suas disputas com John Marsham e John Spencer, sustentando que os egípcios derivaram suas crenças monoteístas dos próprios judeus. Ainda que não fosse incomum ou heterodoxo considerar que alguns pagãos haviam conhecido a verdade independentemente da revelação judaico-cristã, o número de idólatras agora admitido à companhia do verdadeiro conhecimento de Deus poderia assumir implicações perigosas. Pode-se entender porque os deístas britânicos de Herbert a Toland cultivavam o estudo

comparado da religião com tanto zelo e porque seus oponentes, de Cudworth a Warburton, faziam o mesmo. A controvérsia deísta foi lutada com armas fornecidas pelas *antiquitates sacrae*.⁵³

Encaminhando-se para o fim do século XVII, tornou-se claro também que o estudo da religião teria de se valer das evidências não literárias coletadas pelos antiquários. Embora Spanheim não tenha realizado o estudo numismático sobre religião que prometera, geralmente considerava-se que as moedas eram grandes portadores de ideias religiosas. Em 1700, De La Chausse proclamou que as pedras eram uma benção para aquele que estudava a religião:

Obtive de tantos artificios, concentrados em um pequeno espaço, tudo e ainda mais daquilo que a história pode dar-nos de considerável, a religião dos antigos, o culto de seus deuses, os enigmas mais ocultos dos gentis; e debaixo de misteriosas imagens e prodígioas figuras se descobre a supersticiosa doutrina de muitas nações (CHAUSSE, 1700, Proêmio).

Coleções de imagens de deuses foram comuns, é claro, durante o período da Renascença, de modo que os repertórios de Du Choul e Cartari ainda eram reimpressos. Mas agora a iconografia servia à nova ciência da religião comparada. O popular escritor A. Banier, em *La Mythologie et les Fables expliquées par l'Histoire* (1738), insistiu na necessidade de utilizar “*medailles, inscriptions, monumens historiques* (medalhas, inscrições, monumentos históricos)”⁵⁴ para explicar a religião antiga. É significativo também que a primeira edição do *Gründliches Mythologisches Lexicon*, por B. Hederich, a qual foi publicada em 1724, referenciava apenas fontes literárias, enquanto a segunda edição, publicada em 1770, adicionava seções sobre iconografia. Os chamados vasos etruscos geravam discussões sobre assuntos religiosos. No entanto, é impossível evitar a sensação de que quanto mais avançamos no século XVIII menos relevantes estas investigações se tornam para o estudo da religião, o quanto mais os espíritos filosóficos da época achavam desnecessário se agachar para coletar e depois interpretar as evidências literárias e não literárias sobre a religião antiga. O conhecimento factual de

President De Brosses, Ch. Fr. Dupuis, N. A. Boulanger, Baron de Sainte-Croix, J. B. G. de Villoison e até mesmo do vastamente difundido A. Court de Gébelin era escasso. Eles constantemente refletiam sobre princípios, estavam ocupados formulando teorias gerais sobre a origem da religião ou, mais especificamente, dos mistérios religiosos e não se preocupavam em ter uma visão clara do que os antiquários estavam fazendo. Aqueles que estudavam e refletiam com maior profundidade a respeito da religião passavam ao largo das evidências coletadas pelos antiquários assim como dos problemas por eles formulados. Muito desse trabalho prévio estava perdido para eles. Por outro lado, muitas das pessoas que conheciam as evidências não estavam cientes das dificuldades que seu tema propunha. Os próprios antiquários esqueceram a lição de sabedoria professada por Montfaucon em sua *Antiquité expliquée*, na qual desfez tantas interpretações complicadas de símbolos religiosos. Incapazes de refletir sobre princípios, eles especulavam a partir de detalhes. Stanley transferiu para Stonehenge a baboseira de Kircher a respeito do Egito. D’Hancarville fascinou muitos que eram melhores que ele com seu mau uso dos vasos etruscos. R. Payne Knight, seguindo a trilha da numismática, procurou “[...] explorar os vastos e confusos labirintos da fábula política e alegórica e separar tão acuradamente quanto possível a teologia da mitologia dos antigos [...]” – e seus resultados foram não menos comprometedores que os de D’Hancarville. Tornara-se característico que um estudioso sério como P. E. Jablonski tentasse evitar tanto quanto possível as evidências não literárias em seu *Pantheon Aegyptiorum* (1750).⁵⁵

O conflito no século XIX

Até o final do século XVII, os antiquários não foram incomodados em duas atividades: eles se preocupavam com a espécie de evidências que a história política estava pronta para deixar de lado e eles estudavam aqueles assuntos (costumes, instituições, arte, religião) que estavam para além dos domínios do historiador tradicional (*political historian*) e que eram melhor examinados a partir de evidências não literárias. No século XVIII, porém, eles

perderam o controle sobre as evidências não literárias. Na medida em que os historiadores passavam a aceitar cada vez mais os métodos elaborados pelos antiquários para determinar a validade das evidências não literárias, menos os antiquários podiam reivindicar para si o conhecimento da numismática, da epigrafia e da diplomática. Eles permaneceram, mesmo assim, sendo os mestres das quatro *antiquitates* – *publicae*, *privatae*, *sacrae* e *militares*. O direito à existência dos antiquários não foi desafiado no século XVIII. Os historiadores “filosóficos” não precisavam da sua erudição e não tentaram direcioná-la a novos canais. A questão mudou de caráter, transformando-se num desafio muito mais definitivo aos antiquários quando, no final do século XVIII, tornou-se evidente (graças principalmente a Winckelmann e Gibbon) que a erudição e a filosofia não eram incompatíveis. A combinação da história filosófica com o método de pesquisa antiquário tornou-se o objetivo ao qual muitos dos melhores historiadores do século XIX se propunham a alcançar – e ainda é o objetivo que muitos de nós nos colocamos. Ele implica duas coisas difíceis: suprimir constantemente o impulso de julgar *a priori* que é intrínseco à abordagem generalizante do historiador filosófico e, por outro lado, evitar a mentalidade antiquária com seu apreço pela classificação e pelos detalhes irrelevantes. O antiquário era um entusiasta e um *connoisseur*; seu mundo era estático, e a coleção seu ideal. Fosse ele diletante ou professor, ele vivia para classificar. Em alguns casos, estes hábitos mentais eram reforçados por métodos advindos de áreas com as quais eles estavam em contato próximo. As *antiquitates sacrae*, por exemplo, faziam fronteira com terras teológicas; as *antiquitates publicae* dificilmente distinguiam-se, se aplicadas a Roma, do direito público romano. Em ambos os casos, o ensino sistemático e dogmático era tradicional. A história, porém, estava começando a invadir a teologia e a jurisprudência e uma nova noção a respeito do desenvolvimento humano, ao mesmo tempo mais minuciosa e compreensiva, deixava pouco espaço para meras descrições do passado.

A questão a ser feita acerca dos estudos antiquários no século XIX não é a de por que eles foram desacreditados, mas sim porque sobreviveram tanto. A resposta é que a mentalidade antiquária, de forma bastante natural, não estava alheia à natureza das instituições

com as quais lidava principalmente. É mais fácil descrever a lei, a religião, os costumes e as técnicas literárias que explicá-las geneticamente. Às vezes, o caráter da evidência é tal que é preciso combinar itens pertencentes a períodos históricos diversos de modo a obter uma imagem mais completa de uma instituição. Onde o historiador reluta em entrar, por medo de quebrar a sequência cronológica correta, o antiquário está pronto para se apresentar. A classificação pode dispensar a cronologia.

Isso explica por que dúvidas acerca da possibilidade de unificar os estudos históricos e antiquários permaneceram por tanto tempo, mesmo em círculos bem-informados e foram objeto de intensos debates. F. A. Wolf, em sua *Darstellung der Altertumswissenschaft* (1807), tentou distinguir entre a história, a qual lida com o que está em mudança (*das Werden*), e as antiguidades, que tratam do que já está estabelecido (*das Gewordene*).⁵⁶ F. Ast, em 1808, notou que havia diferenças entre a *Altertumswissenschaft* e a história política do mundo antigo (AST, 1808, p. 12). E. Plattner distinguiu entre a história que descreve uma nação “em seu movimento” (*in seiner Bewegung*) e as antiguidades que a descrevem em “sua paz e unidade” (*in seiner Geschlossenheit und Ruhe*) (PLATNER, 1812, p. 14). F. Ritschl em *Über die neueste Entwicklung der Philologie* (1883) (RITSHL, 1879, p. I)⁵⁷ foi talvez o primeiro a negar completamente a existência de áreas como a de “antiguidades” (*Altertümer*), além de ter feito muitas outras observações perspicazes; Boeckh, porém, em sua *Enzyklopädie*, ainda que negasse a existência das “antiguidades” em geral, manteve a distinção entre história política e “antiguidades políticas” (*Staatsaltertümer*), a primeira ocupando-se de eventos, a segunda, de instituições. Boeckh estava obviamente influenciado pela longa tradição de ensino dogmático da lei e das instituições políticas das faculdades de direito.⁵⁸

G. G. Gervinus (1837) e J. G. Droysen (1868) não abordaram o assunto em seus manuais de *Historik* e, logo, provavelmente consideravam o problema datado. Mas isso não nos deve fazer esquecer o fato de que o estudo e a escrita das “antiguidades” como algo diferente da história durou até apenas algumas décadas atrás. *Kunstaltertümer* foram organizadas por Chr. G. Heyne quando Winckelmann já havia inventado a história

da arte; *Kultaltertümer* foram escritas mesmo após K. O Müller ter demonstrado o que a história da religião grega poderia ser; houve *Kriegsaltertümer* mesmo após a *Geschichte der Kriegskunst* (1900), de H. Delbrück, e L. Friedländer não conseguiu imediatamente realizar a transição entre uma “Privataltertümer” (*antiguidades privadas*) para uma “Sittengeschichte” (*história dos costumes*). As “Staatsaltertümer” foram ainda mais resistentes, apoiadas como eram pelo exemplo da “Staatsrecht” sistemática de Mommsen, e foi apenas neste século que os estudiosos alemães se persuadiram a converter as “Staatsaltertümer” em “Rechtsgeschichte” ou “Verfassungsgeschichte”.⁵⁹ A sobrevivência da abordagem antiquária na história, contudo, não é meramente uma idiosincrasia germânica, ainda que se deva admitir que fora da Alemanha poucas pessoas se preocuparam com este problema. A França continuou sendo tradicionalmente o melhor lugar para os antiquários até não muitas décadas atrás.

Recaídas ocasionais no estado de mente antiquário devem ser esperadas até mesmo no futuro. Mas a ideia das “antiguidades” está agora morta porque a ideia correspondente da história política fundada apenas em fontes literárias está morta. Os historiadores reconheceram que os temas de pesquisa tradicionais dos antiquários podem ser transformados em capítulos de história da civilização com todo o aparato requerido pela erudição.

O antiquário salvou a história dos cétricos, ainda que ele mesmo não a tenha escrito. Sua preferência pelos documentos originais, sua engenhosidade em desbaratar falsificações, sua destreza em coletar e classificar a evidência e, acima de tudo, seu amor ilimitado pelo estudo são as contribuições dos antiquários à “ética” do historiador. Nós acalentamos a memória de Jean Mabillon não apenas pelo *De re diplomatica*, mas também pelo *Traité des Études Monastiques*, em que ele recomendou “[...] ter o coração desprendido das paixões e, sobretudo, daquele de criticar”.⁶⁰

Apêndice I⁶¹

John Leland, Antiquário Real

O artigo sobre John Leland no *Dictionary of National Biography* afirma (p. 892): “Em 1533, Leland foi nomeado antiquário real, um cargo no qual ele não teve nem predecessor nem sucessor”.

A evidência para esta afirmação não é dada e, aparentemente, não é fácil de ser encontrada. A noção de que Leland foi tornado antiquário real remonta, até onde eu posso confirmar, à *Vida de Camden*, de T. Smith (1691), na qual se encontra esta passagem característica (p. XXVIII):

O rei Henrique VIII favoreceu com sua estima a mui louvável diligência de John Leland mediante a concessão de uma pensão paga anualmente às expensas do Tesouro Real e distinguiu-o com o título de Antiquário pelo mérito com que se gloriou Leland. Desistiu, porém, inteiramente deste cargo – que lhe devia afligir – não muito tempo depois: é lícito que somente um ou outro (com custo, pois, muitos são enumerados) tenham sustentado aquele nome pomposo – não sei dizer se por dignidade o bastante – de Historiógrafo Real.

T. Smith não cita qualquer evidência, e A. Hall, na *Vita Auctoris* com a qual prefaciou sua edição dos *Commentarii de scriptoribus britannicis* (1709), deu T. Smith como fonte para a mesma afirmação:

[...] Ele não só preferiu aquele à sua biblioteca, mas também o presenteou mui generosamente com o magnífico título de Antiquário. Há um entre os próceres da Escola Anglicana, sempre riquíssima de varões eruditos, que teria se elevado ao cume de tamanho nome: “que o tenha consigo e guarde no sepulcro” (Virgílio, Eneida, IV, 29).

A *Life of Leland* (1772), de W. Huddesford, p. 9, é ainda mais precisa: “[...] por uma permissão sob a chancela do Reino Unido (*Broad Seal*), Ann. Dom. 1533, no 25º aniversário de seu reinado, ele foi

apontado antiquário real; o primeiro e, de fato, o último a tomar posse deste honorável cargo”. Mas ele fornece como evidência as *Athenae Oxonienses*, de Wood, o qual, todavia, diz algo diferente (ed. Bliss, I, p. 198): “(Leland) foi nomeado pelo reino, ano do reinado 25, ano do senhor 1533, através do qual ele foi encarregado de pesquisar as antiguidades da Inglaterra etc”.

Leland, em seu “Newe Yeares Gyfte to King Henry the VIII”, chamado *The Laboriouse Journey and Searche for Englandes Antiquities* (ed. Huddesford, sem número de página), afirmou que no trigésimo quinto ano de seu “próspero reinado” ele obtivera “[...] a mais graciosa comissão de utilizar e diligentemente procurar por todas as bibliotecas de Monastérios e universidades deste seu nobre reino”. Ele assinou seu panfleto como *Joannes Leylandus Antiquarius*. A assinatura, no melhor estilo humanista, não necessariamente implica que ele tivesse sido apontado antiquário real. A questão para a qual eu gostaria de obter uma resposta de estudiosos competentes é se T. Smith tinha qualquer outra evidência além desta assinatura (ADAMS, 1917, p. 12).⁶²

Apêndice II⁶³

Uma bibliografia selecionada de estudos sobre a Itália pré-romana (entre 1740 e 1780)

AMADUZZI, G. C. *Dele origini italiane di Monsig. Mario Guarnacci, Esame critico com una apologetica risposta*, etc. Veneza, 1773.

AMATI, G. *Sui vasi etruschi o italogreci recentemente scoperti*. Roma, 1830.

BALBO, C. “Delle origini degli antichi popoli italiani”, in *Antologia Ital.*, 1846, pp. 213-33; 247-262.

BARDETTI, S. *De’ primi abitatori dell’Italia*, obra póstuma, Modena, 1772; *Della lingua dei primi abitatori dell’Italia*, obra póstuma, Modena, 1769; *Della lingua dei primi abitatori dell’Italia*, obra póstuma, Modena, 1772.

BIANCHI GIOVINI, A. *Sulle origini italiane di A. Mazzoldi, Osservazioni*. Milão, 1841; *Ultime osservazioni sopra le opinioni del Signor A. Mazzoldi intorno alle origine italiane*. Milão, 1842.

BINI, G. C., ver Lami, G. *Lettere guaffondiane*.

- BONAPARTE, L. *Catalogo di scelte Antichità Etrusche trovate negli scavi del Principe di Canino*. Viterbo, 1829.
- BOURGUET, Louis. *Spiegazione di alcuni monumenti degli Antichi Pelasgi trasportati dal Francese con alcune osservazione sopra i medesimi*. Pesaro, 1735.
- CAMPANARI, Sec. “Dei primi abitatori d’Italia”, *Giornale Arcadico*, LXXXIV, 1840, pp. 241-272.
- CARLO RUBBI, G. R. *Delle antichità italiane*. Milão, 1788-1791.
- CATTANEO, Carlo. *Notizie naturali e civili su la Lombardia*. Introdução, I, Milão, 1844.
- DEL BAVA, G. M. Riccobaldi. *Dissertazione storico-etrusca sopra l’origine, l’antico stato, língua e caratteri della Etrusca nazione*. Florença, 1758.
- DLEFICO, M. *Discorso preliminare u le origini italiane*, in *Dell’antica numismática della città d’Atri nel Piceno*. Teramo, 1824.
- DENINA, C. G. M. *Delle Rivoluzioni d’Italia*. Turin, 1769-1770.
- DURANDI, Jacopo. *Saggio sulla storia degli antichi popli d’Italia*. Turim, 1769; *Dell’antico stato d’Italia. Ragionamento in cui si esamina l’opera Del p. S. Bardetti sui primi abitatori d’Italia*. Turim, 1772.
- FABRONI, G. *Degli antichi abitatori d’Italia*. Florença, 1803.
- FERRARI, Guido. *Dissertationes pertinentes ad Insubriae antiquitates*. Milão, 1765.
- FOURMONT, E. *Réflexions sur l’origine, l’histoire et la succession des anciens peuples*. Paris, segunda edição, 1747.
- FRERET, N. *Recherches sur l’origine et l’histoire ancienne des différents peuples de l’Italie*, in *Histoire de l’Académie des Inscriptions*. 1753, XVIII, pp. 72-114.
- GORI, A. F. *Museum Etruscum*. Florença, 1737-1743, 3 volumes; *Difesa dell’Alfabeto degli antichi Toscani pubblicato nel 1737 dal’autore del Museo Etrusco, disapprovato dall’illustrissimo Marches S. Maffei*. Florença, 1742; *Storia Antiquaria Etrusca del principio e de’ progressi fatti finora nello studio sopra l’antichità etrusche*. Florença, 1749.
- GUARNACCI, Mario. *Origine italiane o siano memorie storico-Etrusche sopra l’antichissimo regno d’Italia e sopra i di lei abitatori*. Lucca, 1767-1772, 3 volumes (segunda edição, Roma, 1785-1787).
- INGHIRAMI, F. *Monumenti Etrusci o di Etrusco nome disegnati*. Fiesole, 1821-1826, 6 volumes; *Lettere d’Etrusca Erudizione*. Fiesole, 1828; *Etrusco Museo Chiusino (...) com aggiunta di alcuni ragionamenti del Prof. D. Valeriani etc*. Florença, 1832-1834; *Storia della Toscana*, 1841-843, 16 volumes; *Pitture di Vasi Etruschi*, segunda edição, Florença, 1852-1856, segunda edição, 4 volumes.

- LAMI, G. *Lettere Gualfondiane sopra qualche parte dell'antichità etrusca*. Florença, 1744; *Lezioni di antichità toscane*. Florença, 1766.
- LANZI, L. A. *Saggio di Lingua Etrusca*. Roma, 1769; *De' vasi antichi dipinti volgarmente chiamati etruschi*. Florença, 1806.
- MAFFEI, Sc. *Ragionamento sopra gli Italia primitivi in cui si scuopre l'origine degli Etruschi e dei Latini*, in *Istoria Diplomatica*. Mântua, 1727, p. 201-260; *Trattato della nazione etrusca e degli Itali primitivi*, in *Osservazioni Letterarie*. Verona, 1739-1740, vols. IV-VI Cf. também *Osservazioni Letterarie*, 1738, III, p. 233 (uma resenha da *De Etruria Regali*, de Thomas Dempster).
- MAZZOCCHI, A. S. *Sopra l'origine dei Tirreni*, in *Saggi di dissertazioni (...) lette nella nobile Accademia Etrusca di Cortona*, 1741, III, pp. 1-67.
- MAZZOLDI, A. *Delle origine italiane e della diffussione dell'incivilimento italiano all'Egitto, alla Fenicia, alla Grecisa e a tutte le nazione asiatiche*. Milão, 1840 (segunda edição, Milão, 1846); *Risposta alle osservazioni di A. Bianchi Giorini*. Milão, 1842.
- MICALI, G. *L'Italia avanti il dominio dei Romani*. Florença, 1810, 4 vols. (segunda edição, Florença, 1821); *Storia degli antichi popoli italiani*. Florença, 1832; *Monumenti inediti a illustrazione della storia degli antichi popoli Italiani*. Florença, 1844.
- PASSERI, G. B. *Lettere ronccagliesi*, in A. Calogierà, *Raccolta di Opuscoli*. Veneza, XXII-XXIII, 1740-1742; *Dell'Etruria omerica*, in A. Calogierà, *Nuova Raccolta di Opuscoli*, 1768, XVIII; *In Thomae Dempsteri libros de Etruria regali Paralipomena*. Lucca, 1767 *Picturae Etruscorum in vasculis*. Roma, 1767-1775, 3 vols.
- QUADRIO, F. S. *Dissertazioni critico-storiche intorno alla Rezia*. Milão, 1755.
- ROMAGNOSI, D. *Esame della storia degli antichi popoli italiani di G. Micali in relazione ai primordii dell'italico incivilimento*, in *Biblioteca Italiana*, 183, LXIX-LXX.
- ROSA, G. *Genti stabilite tra l'Adda e l'Mincio prima dell'Impero Romano*. Milão, 1844.
- TONSO, A. *Dell'origine dei Liguri*. Pavia, 1784.
- VALERIANI, D., ver Inghirami, F. *Etrusco Museo Chiusino*.

ANCIENT HISTORY AND THE ANTIQUARIAN

Abstract: Originally published in 1950, the present essay by Arnaldo Momigliano became a landmark on the study of the history of historical writing. In it, the Italian historian makes the case for the modern antiquarian. The antiquarian, Momigliano states, gave shape to the basic principles of the modern historical method, which was later appropriated by the historian in their practice. The work of the antiquarians would have resulted on the development of a set of

rules and procedures that helped sustain the relevance and even the very possibility of historical knowledge when it was put amidst the skeptical debates that grassed over the end of the seventeenth century and the beginning of the eighteenth century. Even though it may now be subject to a number of revisions, Momigliano's essay – which is here being published for the first time in Brazil – is an reference to the study of the making of the field of historiography and it also helped shed some light over figures sometimes forgotten by the historian, such as the main character of these pages, the antiquarian.

Keywords: Historiography. Antiquarianism. Historical method.

Notas

¹ Este é um mapa bastante incompleto de um campo que precisa de uma exploração muito detalhada.

² Ver, por exemplo, JUSTI, 1923 [1886]; HAUTECOEUR, 1919, p. 105; CUST; COLVIN, 1914 [1898], p. I-XLI; SNYDER, 1923; YVON, 1913; CLARK, 1950; STEEVES, 1913. São documentos essenciais CAYLUS, 1752-1767; PIRANESI, 1756; WOOD, 1753; 1757; CHANDLER, 1763; GORI, 1748-1751; DAIRVAL, I, 1686, p. 1-70, por seu turno, é um documento de valor incomparável no que toca à “ética” dos antiquários.

³ A melhor obra a esse respeito é STARK, 1880. Também contém muitas informações as seguintes obras, THOMSON; HOLM, II, 1942 e, é claro, SANDYS, 1960-1908, I-III; LANGLOIS, 1901. Para a Inglaterra, ver. WALTERS, 1934; para a França, REINACH, 1898, p. 101-117, 292-307 (ver a seguir nota 63).

⁴ Ver também Temístocles, 26, 316. In. KERSTERS, 1935, p. 164; KÖRTE, 1904, p. 221.

⁵ Os nomes das obras traduzem-se, respectivamente, como *Das nações, Os nomes das nações, As fundações dos povos e das cidades, Os nomes bárbaros, Os nomes das nações e Dos ancestrais e antepassados dos que lutaram em Tróia* (NT).

⁶ A leitura essencial é JACOBY, 1938, p. 218. A distinção entre a “arqueologia”, de Hípias, e a noção de história de Tucídides é evidente. Menos evidente – embora eu pense que deva ser bastante perceptível – é a distinção entre a “arqueologia” de Hípias e a *ιστορία* de Heródoto. Hípias coletou e disponibilizou informações que (1) não eram facilmente acessíveis, (2) normalmente provinham de um passado distante, (3) facilmente eram dispostas na forma de catálogo; a história de Heródoto, por sua vez, consiste de uma ação principal, está principalmente preocupada com o passado recente e, ao menos em princípio, fornece a tradição mais confiável sem suprimir a menos confiável (PAULY; WISSOWA, 1913, col. 467 ff). Comparar com o que Dionísio de Halicarnasso diz em *De Thucydides*. 5.

⁷ Ver Dionísio de Halicarnasso I, 4, 1; Estrabão XI, 14, 12, p. 530; Diodoro Sículo II, 46, 6; Flávio Josefo, *Ant. Ind.*, I, I, 5; I, 3, 94 (sobre Hieronymus Aegyptius, ver JACOBY, 1913, na *Realencyclopädie* de Pauly-Wissowa). Nós não sabemos o que compunha a *Arqueologia* registrada entre os trabalhos do filósofo Cleanthes. O mesmo nome, *Arqueologia*, foi dado retrospectivamente a um trabalho de Semonides de Samos (século VII a.C.): ver Suidas, s.v. Σιμίτας, e P. Maas, P. W. IIIA, 185. Foi também dado ao *Atthis* por Phanodemos (século IV a.C.). Ver também Filóstrato, *Vita Apoll. Tyan.* II, 9, e Proclus, *Comm. Ad. Timaeum*, p. 31 C-E (I, p. 101-102 Diehl). A *Ῥωμαϊκή ιστορία* (Steph. Byz. s.v. Ῥωμαίγινες) e a *Ῥωμαϊκή αρχαιολογία* (Steph. Byz. s.v. Νομαντία) pelo rei Juba devem ser o mesmo trabalho (JACOBY, 1913, col. 2392).

⁸ No original, ambas as obras são citadas com seu nome grego, respectivamente, *Ἰουδαϊκὴ Ἀρχαιολογία* e *Ῥωμαϊκὴ Ἀρχαιολογία* (NT).

⁹ Respectivamente, *Argólica*, *Dos ritos sacrificiais na Lacedemônia* e *Dos nomes obscuros* (NT).

¹⁰ Sobre Filocloros como um historiador que separava a história das antiguidades, ver JACOBY, 1909, p. 121; *Atthis*, 1949, p. 117. Ver também TRESP, 1914 e seu artigo em PAULY; WISSOWA, IV, col. 1119.

¹¹ *Ac. Post.*, I, 8.

¹² A tradução em português seria: “que pessoas agiam, onde agiam, quando agiam e o que faziam” (NT).

¹³ O lugar de Varrão na história da pesquisa antiquária precisa ser estudado. Ver a bibliografia em DAHLMANN, 1935 e DELLA CORTE, 1946, p. 33-42 (também DELLA CORTE, 1937, p. 149). Os fragmentos das *Antiquitates* podem ser encontrados na edição dos *Fasti*, de Ovídio, 1841, CVI, organizada por MERKEL; MIRSCH, 1885, V. Sobre a diferença entre os antiquários romanos e gregos, ver as agudas observações de JACOBY, 1940, Comentário a 273, p. 248 ff.

¹⁴ Ver as menções de antiquários em Plínio *N.H.*, Praef. 24; Tácito, *Dial.*, 37. Toda a história dos estudos antiquários romanos de Fenestella a Johannes Lydus ainda está para ser escrita. Sobre Plutarco, ver a bibliografia em ZIEGLER, s/data.

¹⁵ Informações recentes sobre o antiquariato medieval podem ser encontradas em ADHÉMAR, 1939, p. 43-131; MAGOUN, 1940, p. 267-290; VANENTINI; ZUCCHETTI, 1946, mais a importante resenha de DEGRASSI, 1946, p. 91-93, e em numerosos estudos por A. Silvagini sobre coleções epigráficas medievais (SILVAGINI, 1921, p. 151; 1939, p. 107 e 249; 1943, p. 49; 1937, p. 445). Ver também LASCH, 1887, e SCHULZ, 1909.

¹⁶ A relação do método de Biondo em sua relação com o método antiquário antigo ainda não foi estudada. Para um estudo recente sobre Poggio, ver GUTKIND, 1932, p. 548, e, também, JOACHIMSEN, 1910, I, p. 15 ff. Um ponto de grande importância é a relação entre as pesquisas antiquária e filológica

ao menos desde o *Liber Miscellaneorum*, de Poliziano (cuja relevância é corretamente apreciada por FUNAIOLI, 1946, p. 284) e RHODIGINUS, 1516. Este último também necessita de uma pesquisa detalhada. Para os princípios da egiptologia, existe o trabalho clássico de GIEHLOW, 1915, p. 1-222. Ver também GOMBRICH, 1948, p. 163-192.

¹⁷ Ainda não foram coletadas as evidências sobre as palavras “antiquarius”, “antiquário”, “antiquary” etc. nas literaturas europeias. O *Vocabolario della Crusca* fornece a referência a CARO, 1807, III, p. 190, “e como percebo que vós sejais em vossa escritura sobretudo historiador que antiquário”, e SPERONI, 1740, II, p. 300, “Antiquários [...] isto é, amantes e admiradores de coisas antigas. Mas é preciso notar ARIENTI, 1487, III: “(Feliciano da Verona) de codinome Antiquário por ter consumido quase todos seus anos no entorno às generosas antiguidades de Roma, de Ravena e de toda a Itália”. Ver também a carta de Antonio Leonardi a Felice Feliciano sobre Ciriaco de Ancona em COLUCCI, 1792, XV, p. CLIV. Sobre a referência do *OED* s.v. Antiquário para Leland como aquele que recebeu o título de Antiquário de Henrique, ver apêndice abaixo. W. Camden chamava a si mesmo “antiquarius”, ver a *Epistula* in CAMDEN, 1586. Para o significado das *antiquitates* antes de Rosinus, ver também FULVIO, 1527; LIGORIO, 1553; PANVINIO, 1648 (póstumo). Um trabalho aparentemente chamado *Antiquarium*, escrito por G. Bologni (1454-1517), foi parcialmente publicado no *Supplemento II al Giornale dei Letterati d'Italia*, Veneza, 1722, p. 115. A este respeito, ver MAZZUCHELLI, 1490, II, 3, p. 1490. Um poema de A. Fulvio é chamado *Antiquaria urbis* (FULVIO, 1533). Os *Commentaria super opera diversorum auctorum de antiquitatibus loquentium*, por Annius da Viterbo, 1498, como se sabe, são uma coleção de historiadores antigos forjados; DANIELSSON, 1932, p.1. Para o século XVII, ver também F. Balducci, *Notizie de' Professori del Disegno*, opera postuma, Florença, 1728, VI, p. 76: “[O grão-duque Cósimo III] o constituiu superintendente daqueles [dos vestígios da douta e venerável antiguidade] e, como hoje se diz, seu antiquário”. A referência é a Bastiano Bilivert.

¹⁸ O texto da *Iubilatio* foi publicado em KRISTELLER, 1902, p. 523-524. Um importante texto para os antiquários de finais do século XV, que encontra-se encontra nas páginas introdutórias de RUCELLAI, 1770, II, p. 783-784, sobre as quais também ver GILBERT, 1949, p. 122. O nome de Iacopo Antiquario (sobre o qual ver VERMIGLIOLI, 1813) se prestava a trocadilhos que são muito esclarecedores. Em uma carta a ele, Marsilio Ficino escreve (FICINO, 1495, CXXXIX): “Iacopo, o restante dos homens chama-te “o antiquário”; verdadeiramente, a Academia te denomina Antiquário e igualmente também “novário”, tanto quanto renovador e cultor da Antiguidade. Ora, não é outra coisa, julgo eu, fazer renascer os antigos senão evocar mais uma vez aqueles séculos de ouro, felizes de outrora de quando reinava soberano Saturno”. Ver também MANTUANUS, 1576, III, p. 316-317:

A mudança das cousas humanas é tanta,/ que já me julgo viver noutro mundo./ Mas, como vige nosso Antiquário – dos tempos/máxima parte –, o mundo dantes vige./ A melhor parte as cousas, seus nomes vigia./ Ledos ficai! O mundo dantes vige.

¹⁹ Os principais trabalhos dos antiquários dos séculos XVI e XVII estão coletados nos *thesauri* de J. G. GRAEVIUS, 1694-1699 e GRONOVIVS, 1697-1702, com o suplemento feito por POLENUS, 1737. Seus resultados estão sintetizados em PITISCUS, 1719. FABRICIUS, 1760 [1713], ainda é um guia de valor incomparável, mas ver também MORHOVIUS, 1708, V, cap. II, “De scriptoribus antiquariis”. Os dois *Glossarii* de Ducange (1678; 1688) são, em certa medida, é claro, o resultado de pesquisas antiquárias. Para uma definição dos estudos antiquários do começo do século XVII, ver NAUDÉ in CRENIUS, 1692, p. 602-603. A história dos estudos sobre a Roma cristã pode ser encontrada em ROSSI, 1864, I, p. 1-82. O principal trabalho, A. Bosio, *Roma sotterranea*, foi publicado em 1632 (BOSIO, 1632). Um estudo da pesquisa antiquária no século XVII deve incluir também um exame dos catálogos de gabinetes. Para uma classificação dos estudos antiquários no Seiscentos, ver SCHMEIZEL, 1728, p. 758. Mas notar também a definição de FABRICIUS, 1760 [1713], p. 228: “seja o que for que fazem os homens, quaisquer que sejam os ritos e costumes que observam, ou os percorrem celebrados publicamente ou mesmo, matéria privada, celebra-os no âmbito da casa”. Para a evolução da mera numismática aos estudos históricos, ver TRISTAM, 1635. Este é claramente um passo em direção a uma história do Império romano.

²⁰ Ver JONES, 1943-1944, VIII-IX, p. 175. Parte da evidência já havia sido publicada por ALLISON, 1922, XXVII, p. 733. O método do primeiro lente da cátedra Camden, D. Wheare, está exposto de forma clara em WHEARE, 1637. O objetivo do seu ensino pode ser facilmente compreendido a partir da “Oração introdutória” que, na tradução inglesa de 1685, afirma o seguinte: “História é o Registro e Explicação de assuntos particulares, realizada com o objetivo que sua memória possa ser preservada, de modo que os Universais possam ser mais evidentemente confirmados, através dos quais nós podemos nos instruir acerca de como viver bem e felizmente”. A inspiração ciceroniana é indicada, é claro, por Wheare. A segunda edição da tradução inglesa (1694) também contém a *Invitation to Gentlemen to acquaint themselves with Ancient History* (DODWELL, 1694), que foi escrita segundo o mesmo espírito e procura (sem muito sucesso) superar a objeção clássica a qualquer defesa utilitária da história antiga: “por que as nossas modernas Histórias não podem ser agradáveis a gentis-homens, já que são escritas em Idiomas mais compreensíveis por gentis-homens?” (VIII). Evidência de enorme valor para o ensino em Oxford também é fornecida pelas palestras ministradas por D. Whear e preservadas em MS (Auct. F. 5. 10-11) na Biblioteca Bodleiana. Eu espero publicar algo destas.

²¹ Por exemplo, BENI, 1622, I, p. 26-27, reconhece o valor das moedas, inscrições, entre outras, como fontes históricas, porém “deve o louvor da vera e autêntica história se resguardar os monumentos inscritos e da narração”.

²² Ver por exemplo FLOWER, 1935, p. 47-73; DOUGLAS, 1939; MCKISACK, 1947, p. 226-243. Também ADAMS, 1947.

²³ Ver em geral SCHERER, 1927; SCHEELE, 1930; GENTIL, 1936, p. 272-302; MÜLLER, 1917; UNGER, 1929, I, p. 87.

²⁴ Além dos trabalhos bastante conhecidos de HAZARD, 1946 e WILLEY, 1934, ver por exemplo, PINTARD, 1943, I, p. 45; ROSSI, 1942; RICE, 1939; WICKELGREEN, 1934; ROBINSON, 1931.

²⁵ Também citado em HAZARD, 1946, III, p. 33.

²⁶ DUPRONT, 1930. Eu não posso entrar na discussão mais teológica a respeito das relações entre as crenças religiosas e as verdades históricas, mas ver ao mesmo tempo LE CLERC, 1696, p. 327, para as referências ao método histórico.

²⁷ TRAUBE, 1909, I, p. 13 ff. ainda é o trabalho fundamnetal. Muitas informações valiosas são dadas em WACHLER, 1820, e em BORKOWSKI, 1936, III, p. 136-308, 529-550. Ver também EDELMAN, 1946.

²⁸ Trata-se de duas congregações religiosas dedicadas, entre outros objetivos, ao estudo histórico e à crítica erudita da hagiografia antiga e medieval. Os bolandistas eram jesuítas, nomeados a partir erudito religioso belga Jean Bolland (1596-1665), que a partir de 1643 começaram a publicar os volumes dos *Acta Sanctorum*, onde sua revisão crítica da hagiografia era apresentada. Os mauristas, por sua vez, eram membros da congregação beneditina de Saint-Maur, centrada na Abadia de Saint German-des-Prés, em Paris, que publicaram a partir de 1668 seus *Acta Sanctorum Ordinis Sancti Benedicti*, dedicados ao exame das vidas dos santos da ordem beneditina. Bernard de Montfaucon e Jean Mabillon, citados no texto, eram mauristas (NT).

²⁹ Ver por exemplo SCHMEIZELIUS, 1721, p. 85: “Historiadores autênticos devem ser preferidos aos não-autênticos: aqueles são os que escreveram suas obras baseados nos Arquivos, nas Atas e Instrumentos Públicos; estes, os que tomaram as suas aos livros comuns”; GRIESBACHIUS, 1821, I, p. 206: “De fato, o que pode ser dito com alguma pompa contra documentos públicos genuínos de comprovada autoridade?”. Ver também EISENHART, 1750; CRUSIUS, 1747, p. 1041.

³⁰ POUILLY, 1729, p. 71-114 e a resposta de SALLIER, 1729, p. 115-116, são peças que se destacam especialmente neste volume. Outro tratado sobre o método histórico que nunca foi analisado adequadamente é aquele composto pelos prefácios e *propylaea* das *Acta Sanctorum* (1643 ff., especialmente 1675 ff.). Ver também SAINTE MARIE, 1713-1720, do qual eu conheço a tradução latina publicada em SAINTE MARIE, 1751.

³¹ Em latim, no original: “*Fides historica est praesumptio veritatis de eo quod hominibus accidisse vel ab iis gestum esse dicitur, orta ex coniecturis circumstantiarum quae non saepe falere solent, nullis tamen ab hominibus inventis aut praescriptis regulis adstricta, sed iberae cuiusvis ratiocinationi, a praeiudiciis tamen vacuae, relicta.*”

³² Ver nesse mesmo sentido HÜBENER, 1706. A dissertação que se pode dizer iniciou toda essa discussão na Alemanha é EISENHART, 1679. Eisenhart discute os significados de “*fides*”, “*auctoritas*”, “*notorium facti*” e “*notorium iuris*” e fornece regras para estabelecer a validade das evidências. Sua influência é particularmente clara em duas dissertações, intituladas *De iudicio histórico* (1703) e *De pyrrhonismo histórico* (1707), de F. W. Bierlingius, que foram reimpressas com mudanças no trabalho *Commentatio de pyrrhonismo histórico*, Leipzig, 1726, do mesmo autor. Na página 225 ff., ver a discussão “*De fide monumentorum ex quibus historia depromitur*”. O que ele diz na p. 96 pode ser tomado como característico da nova atitude crítica: “*O gênero histórico é tão carente de Arte, que faz com que esta fuja com horror das citações ou que antes permita ao leitor queixar-se delas com alguma justiça. De imediato, a questão primeira, que ao leitor de histórias vem à mente, é a seguinte: de onde tirou o autor estes seus argumentos? Acaso, fez uso de testemunhas idôneas e dignas de fé?*” [*“Historicum genus scripturae tantum abest ut a citationibus abhorreat, ut potius lector suo quodam iure illas postulare queat. Prima statim quaestio, quae historias legenti in mentem venit, haec est: unde auctor haec sua desumpsit? Num testibus usus est idoneis atque fide dignis?”*]

³³ MICHAELIS, 1753; 1770 são os trabalhos pioneiros sobre as antiguidades hebraicas. É de se notar que Montfaucon relutara em coletar evidências da arqueologia hebraica. Sobre os predecessores de Michaelis, ver BORKOWSKI, III, 1936, p. 149-152.

³⁴ Chr. Arnoldus menciona, entre outros, os doutores W. Lazius, F. Licetus, A. Occo, C. Patin, L. Savotius (autor do *Discours sur les medailles antiques*, Paris, 1627), J. Spon e J. Vaillant. Sobre a reputação da numismática no final do século XVII, ver REICHARTUS, 1691, onde, nas páginas p. 84-89, há um hino à numismática (“*nullum libero homine dignis, nullum iucundius, nullum ad res victoris terrarum orbis populi probe cognoscendas est utilius etc.*”); CUPERUS, 1683; SUARESIUS, 1668. A melhor bibliografia a respeito está em BANDURI, 1718. Há uma lista de trabalhos de numismática do século XVII em TILGER, 1710, p. 40-45; na página 41, Tilger chama o século XVII de “*numismaticum*”. Ver também STRUVIUS, 1693. Comparar, acima de tudo, com PATIN, 1691, p. 8: “*E mesmo se pode dizer que sem Medalhas a história, privada de provas, passaria em muitos espíritos, seja pelo efeito da paixão dos Historiadores, que escreveriam sobre aquilo que se passou em seu tempo, seja por uma pura descrição de memórias, que poderiam ser falsas ou apaixonadas*”. Ver uma reação interessante a todo este entusiasmo é dada pelo Abbé Geinoz (GEINOZ, 1740, p. 263); na página 280,

ele escreve: “com os livros e sem medalhas, pode-se saber muito e saber bem, e com as medalhas sem os livros, saber-se-á pouco e mal”. Mas ver, por outro lado, FROELICH, 1733, e a carta de P. M. Paciaudi “a Sua Eccellenza il Sig. Bali d’Alsazia d’Hennin” publicada como apêndice a ZACCARIA, 1793, p. 354-364, onde ele ataca a condenação de Bayle segundo a qual as moedas seriam “monumentos que os modernos empregam impunemente para satisfazer seus caprichos sem se fundar sobre um fato real”, in *Diction.*, ed. 1730, IV, p. 584, s.v. *Sur les libelles diffamatoires*. Declarações de grande importância metodológica também estão presentes no prefácio de J. Spon a sua *Recherche des antiquités et curiosités de la Ville de Lyon*, 1673, o qual incidentalmente contém uma lista “dos principais antiquários e curiosos da Europa”. É necessário um estudo adequado de J. Spon; enquanto isso, comparar com MOLLIÈRE, 1905 (muito fraco e esquemático). Sobre Bianchini como historiador, ver CROCE, 1924, II, p. 101-109. Mais referências bibliográficas estão disponíveis no artigo de F. Nicolini na *Enciclopedia Italiana*. Sobre Bianchini e Montfaucon, por sua vez, BROGLIE, 1891, I, p. 336. Para o método de Bianchini, comparar com o que ele diz na *Demonstratio*, p. XIV: “São, portanto, algumas fortificações e baluartes – mais ainda: vestígios da verdade histórica – os túmulos, as lâminas, as tabuinhas de escrever, todos os corpos, enfim, gravados com inscrições, ou esculpidos com símbolos, quer ainda ornados com figuras quer com imagens que digam respeito a marcas cronológicas, nomes, ritos e costumes daqueles tempos que são chancelados pela História [...] Com efeito, não se assentou em qualquer um de seus escritos tamanha confiança – ou antes arrogância –, que fosse capaz de se esquivar de ser corrigida pela autoridade dos mármore e imagens antigas”.

³⁵ Entre os céticos moderados, comparar MENCKENIUS, 1701 e 1734; GLADOV; FÜRBRINGER, 1714; LACKMANNUS, 1735. Uma dissertação anônima intitulada *De incertitudine historica* foi publicada no *Additamentum ad Observationum Selectarum Halensium ad rem litterariam septantium tomos decem*, p. 148 ff. sem data (talvez 1705?). A melhor dissertação deste tipo é possivelmente a de ARPE, 1716 (disponível na Biblioteca Nationale), que em doze capítulos lista sistematicamente todas as possíveis causas de desvio da verdade.

³⁶ Cf. GREVE, 1722.

³⁷ Cf. também PRIESTLEY, 1788 e FRÉRET, 1796, p. 55-156.

³⁸ Recentemente editado no Brasil sob o título *Princípios gerais da ciência histórica*, Editora da UNICAMP, 2013 (NT).

³⁹ Considera-se que o primeiro manual das ciências auxiliares da história seja HEDERICH, 1717. Como ele parece ter tido uma escassa circulação fora da Alemanha (eu o vi apenas na Bibliothèque Nationale), talvez se possa avisar ao leitor que se trata de um sumário bastante elementar da história universal, das antiguidades romanas, da mitologia, geografia, cronologia, genealogia etc.

⁴⁰ “Os próprios livros pareciam apresentar de longe maior credibilidade e notoriedade”, SCALAMONTIUS, 1792, p. LXXII. Sobre Ciriaco, ver ZIEBARTH, 1902, p. 214; também VOIGT, 1880, p. 271.

⁴¹ Comparar com a tradução italiana, *Dialoghi di Don Antonio Agostini tradotti in italiano*, Roma, 1592, p. 261: “*io dò più fede alle medaglie, alle tavole e alle pietre cha tutto quello che dicono gli scrittor?*”. Sobre este grande erudito que exerceu uma profunda influência sobre os antiquários de finais do XVII (Spannheim é o nome que vem à mente), ainda é necessário um estudo monográfico. As pesquisas mais recentes que conheço são LEICHT, 1941, p. 375; RODÓN, 1945, p. 97; ZULUETA, 1946, p. 47 (tradução de um trabalho em inglês que já havia sido publicado como parte das David Murray Lectures, Glasgow, 1939). Esta passagem de Agostino me foi indicada por C. Mitchell do Instituto Warburg. Uma opinião mais moderada mas no mesmo sentido foi expressa por ERIZZO, 1559, p. 2.

⁴² Sobre o autor, ver RUYSSCHAERT, 1949, p. 48.

⁴³ A teoria da falsificação foi formulada primeiro na *Chronologiae ex nummis antiquis restitutae prolusio de nummis Herodiadum*, Paris, 1693, p. 60. Para um exemplo da argumentação típica empregada por Hardouin, ver HARDOUIN, 1766, p. 15: “No mês de agosto de 1690, começamos a sentir o cheiro de fraude em Agostinho e em autores de igual estatura; no mês de novembro, já suspeitávamos de todos eles: descrevemo-la inteira no mês de maio do ano de 1692”. Na página 172, ele discorre sobre seu método: “Dos assuntos que se costuma ler na história propriamente escrita, as moedas antigas não nos oferecem absolutamente nada; mostram, porém, inteiramente o contrário: que juízo maior pode haver em histórias fabulosas? A história escrita não representa quase nada daquilo que é gravado nas moedas. Ora, não é este outro certo argumento *fallacieux?* Não é admirável que os que mentiram na história profana foram aqueles que perverteram ou adulteraram a história sacra?”. Ver também suas HARDOUIN, 1723, p. 280. Ela começa com “A Virgílio nunca veio à mente escrever a *Eneida*”. O trabalho sobre Dante foi republicado em Paris no ano de 1847 sob o título de *Doutes proposés sur l'age de Dante par P.H.J.*, tendo aparecido primeiro no *Journal de Trévoux*, 1727. O melhor ensaio sobre Hardouin é o de autoria de G. Martini (MARTINI, 1944, p. 351-361). Cf. DE LA CROZE, 1708. Sobre Severus Archontius, ver também *De J. Harduini [...] Prolegomenis [...] epistola quam [...] scripserat Caesar Missiacos, vulgo C. de-Missy*, Londres, 1766, p. 15.

⁴⁴ Ver ANÔNIMO (P. Jacq.-Phil. Lallement?), 1708; THUILLIER, 1724, I p. 365. Cf. MARTÈNE, 1930, IV; HERR, 1938. *A Correspondance inédite de Mabillon et de Montfaucon avec l'Italie*, 1846, é de valor incomparável.

⁴⁵ Sobre Winckelmann, o melhor estudo até hoje é o de ANTONI, 1942, p. 37.

⁴⁶ Contudo o ANÔNIMO, 1846, p. 721-742, ainda não foi batido. Sobre N. Fréret, ver RENARD, 1939, p. 84-94; sobre Herculaneum, ver RUGGIERO, 1885; CASTELLANO, 1943-1945, p. 65-86, 184-194. Sobre M. Guarnacci,

remeto a GASPERETTI, 1926, p. 81-91. Um interessante panorama contemporâneo dos estudos antiquários é dado por GORI, 1748, p. 31-38. Muitos trabalhos de G. Gasperoni (sobre o qual ver CALCATERRA, 1949, p. 383) estudam a erudição italiana do Setecentos. Ver, por exemplo, GASPERONI, 1904; 1907. MAYLENDER, 1926, oferece dados sobre as academias.

⁴⁷ A recente *Bibliografia Vibiana* por B. Croce e F. Nicolini, Nápoles, 1947, é uma fonte de informações inestimável a respeito dos estudos filológicos no século XVIII. Ver NICOLINI, 1949.

⁴⁸ A história do problema foi relatada na introdução escrita por G. Devoto para sua edição das *Tabulae Iguvinae*, segunda edição, 1940.

⁴⁹ C. Sigonio foi o último grande antiquário renascentista italiano a estudar um tema relacionado à Grécia. O próximo trabalho importante é, talvez, NORIS, 1691. Todos os outros estudos importantes sobre as antiguidades gregas no Seiscentos não são italianos, por exemplo: SELDEN, 1628; ROUS, 1637; FEITH, 1677; SPON, 1679; POTTER, 1702; e sobretudo as várias monografias de J. Meursius compiladas por G. Lami, Florença, 1741-1763. Ver CURIONE, 1841. Todo o problema do estudo do grego na Itália precisa ser reexaminado.

⁵⁰ Segundo o mito, Frixo, filho do rei da Beócia e da deusa Nefele, teve seu sacrifício ordenado após sua madrasta e sua meia-irmã, Ino e Helles, respectivamente, terem distorcido a interpretação de um oráculo invocado, para que a população escapasse à fome causada pela perda das colheitas. Segundo a história, no momento do sacrifício, Frixo foi salvo por um carneiro voador enviado por Nefele, por isso permitindo a aproximação com o sacrifício de Isaac (NT).

⁵¹ Método de interpretação dos mitos antigos desenvolvido já no período pós-clássico, tendo sido nomeado a partir de Evêmero, cortesão e erudito grego do século IV a.C., segundo o qual a origem dos mitos é a heroização e a deificação de indivíduos reais e de eventos históricos, que foram passados de geração em geração sob a forma de mito (NT).

⁵² Trata-se de uma placa de bronze, de provável origem romana, que imita o desenho dos hieróglifos egípcios. Foi utilizada pelo erudito e antiquário jesuíta Athanasius Kircher (c. 1601-1680) como princípio para sua tentativa de decifrar a escrita do antigo Egito (NT).

⁵³ Sobre os estudos seiscentistas, ver GRUPPE, 1921, p. 45; CAPÉLAN, 1934, p. 257; ROSSI, 1947, 1942. Ver também MENSCHING 1948, p. 39. Uma pequena lista de trabalhos característicos: KIRCHER, 1652; DICKINSON, 1655; BOGAN, 1658; HUGO, 1655; BOCHART, 1646; WITSIUS, 1693; SPENCER, 1685; HYDE, 1700 (ele foi atacado indiretamente por Montfaucon, *L'Antiquité expliquée*, II, parte 2, p. 395). Sobre a história da *Mensa Isiaca* que se tornou tão importante após a edição de L. Pignorio (Veneza, 1605), ver SCAMUZZI, 1939. Uma interessante alusão à *Mensa Isiaca* é feita em CUDWORTH, 1829. M. M.

de Rossi, *Alle fonti del deísmo*, parece-me ter explicado (p. 26 ff.) porque o estudo comparado da religião se tornou uma arma nas mãos dos pensadores deístas, ainda que seus adversários nunca tenham negado a revelação natural aos pagãos.

⁵⁴ Em francês, no original (NT).

⁵⁵ O melhor catálogo de trabalhos está em Gruppe. Entre os trabalhos recentes, notar EVANS, 1932; VENTURI, 1947; PIGGOT, 1950. Os títulos dos livros mencionados no texto são: Ch. De Brosses, *Du culte des dieux fétiches*, 1760; A. Court de Gébelin, *Monde primitif analysé*, 1773 ff.; Ch. Fr. Dupuis, *Origine de tous les Cultes*, 1794; N. A. Boulanger, *Antiquité dévoilée*, 1766; Baron de Saint-Croix, *Mémoires pour servir à l'histoire de la religion secrète des anciens peuples*, com um apêndice por J-B. G. d'Ansse de Villoison, 1784 (ver também a edição de 1817 sob o nome de *Recherches historiques et critiques sur les mysteres du paganisme*); P. F. Hughes d'Hancarville (Ancarville), *Recherches sur l'origine, l'esprit et le progrès des arts de la Grèce*, Londres, 1785; R. Payne Knight, *The Symbolical Language of Ancient Art and Mythology*, 1818 (reimpressão Nova York, 1876); [T. Blackwell] *Letters Concerning Mythology*, Londres, 1748; N. S. Bergier, *L'origine des dieux du paganisme*, 1767, e J. Bryant, *A New System or an Analysis of Ancient Mythology*, 1774, são igualmente característicos. Uma boa introdução a toda esta literatura é dada pela bibliografia crítica anexada ao anônimo *Essai sur la religion des anciens grecs*, Genebra, 1787, p. 183-223 (estima-se que o autor possa ser N. Leclerc de Sept Chênes).

⁵⁶ Esta definição ainda foi repetida por E. Meyer, o último grande historiador, ao menos que eu saiba, que aceitou a distinção entre história e antiguidade como legítima; ver MEYER, 1924, p. 66.

⁵⁷ Ritschl argumentou “Por que razão não seria preferível pôr de lado o desagradável desleixo e, alusivamente, dividir de forma natural o material das assim chamadas antiguidades a partir dos campos derivados das diferentes atividades do espírito humano?” A continuidade de Ritschl a Droysen é clara.

⁵⁸ Ver também ULRICH, 1886, p. 22 para outra definição (e defesa) da Antiguidade. Sobre toda esta literatura a respeito da “*Enzyklopädie und Methodologie der Altertumswissenschaft*”, que eu não me proponho a examinar em detalhe, ver BERNARDINI E RIGHI, 1947.

⁵⁹ Para a discussão sobre “Staatsrecht” e “Staatsaltertümer”, ver provisoriamente minha nota em *Journ. Roman Studies*, XXXIX, 1949, p. 155. Eu espero mais tarde escrever acerca da influência dos estudos antiquários no nascimento da sociologia.

⁶⁰ Uma primeira versão deste artigo foi lida no Instituto Warburg em janeiro de 1949. Sou grato aos membros do Instituto pela proveitosa discussão, dentre os quais cito Prof. C. Dionisotti, Dr. F. Jacoby, Dr. N. Rubinstein, Sra. M. I. Henderson, Dr. R. Pfeiffer, Dr. B. Smalley, e ao reitor de Brasenose, Sr. Hugh Last.

⁶¹ Sou grato à Srta. M. McKisack por ter discutido comigo o tema deste apêndice.

⁶² E. N. Adams, que repete a opinião comum, parece referir ao prefácio de John Bale à edição de 1549 da *Laboriouse Journey*. A referência seria equivocada, já que Bale considera Leland apenas “um diligente pesquisador das Antiguidades desta nossa nação Inglesa ou Britânica”. Eu percebo com prazer que T. D. Kendrick, *British Antiquity*, 1950, p. 47, nota 1, chega à mesma conclusão, ainda que não discuta os textos anteriores.

⁶³ Esta lista não pretende ser completa. Ver também nota 47, anteriormente escrita, e GAMURRINI, 1905. Para a Sicília, ver PACE, 1935.

Referências

- ADAMS, E. N. *Old English Scholarship in England from 1556 to 1800*. Yale, 1917.
- ADDISON, J. Dialogues upon the usefulness of Ancient Medals. In: *Miscellaneous Works*, 1830, III, p. 39-199.
- ADHÉMAR, J. Influences Antiques dans l'Art du Moyan Âge. In: *Journal of the Warburg Institute*, Londres, 1939, p. 41-131.
- AGOSTINO, Antonio. *Dialogos de medallas, inscripciones y otras antiguidades*, Tarra-gona, 1587.
- ALLISON, W. H. *Amer. Hist. Ver.*, 1922, XXVIII.
- ANÔNIMO (P. Jacq.-Phil. Lallement?). *Histoire des contestations sur la Diplomatie*, Paris, 1708.
- ANÔNIMO. Storia degli studi sulle origine italiane. In: *Rivista Europea*, I, 1846.
- ANTONI, C. *La lotta contro la ragione*, 1942.
- ARIENTI, S. degli. Le Porretane, *Novella III*, 1487.
- ARNOLDUS, Christophorus. *Epistola de rei medicae simul ac nummariae scriptoribus praecipuis*. In: PARISIUS, P. *Rariora Magnae Graeciae Numismata*, altera editio renouata accurate John. Georgio Volckamero, Med. D., 1683.
- ARPE, P. F. *Pyrrho, sive de dubia et incerta historia et historicorum veterum fide argumen-tum*, Kiel, 1716.
- AST, F. *Grundriss der Philologie*, Landshut, 1808.
- BACON, F. *Advancement of Learning*, 1605.
- BALDINUCCI, F. *Notizie de' professori del Disegno, opera postuma*. Florença, 1728, VI.
- BANDURI, A. *Bibliotheca Numismatica in Numismata Imperatorum Romanorum a Traiano Decio*, I, 1718.

- BEAUFORT, L. *Sur l'incertitude des cinq premiers siècles de l'histoire romaine*, 1738.
- BENI, P. *De Historia*. Venezia, 1622, I.
- BERLINGIUS, F. W. *Commentario de pyrrhonismo histórico*. Leipzig, 1706.
- _____. *De iudicio histórico*, 1703.
- _____. *De pyrrhonismo histórico*, 1707.
- BERNARDINI, A; RIGHI, G. *Il Concetto di Filologia e di Cultura Classica nel Pensiero Moderno*, Bari, 1947.
- BIANCHINI, F. *La Istoria Universale provata con monumenti e figurata con simboli degli antichi*, 1697.
- BIANCHINI, G. *Demonstratio Historicae Ecclesiasticae quadripitatae comprobatae monumentis pertinentibus ad fidem temporum et gestorum*, 1752.
- BIONDO, Flavio. *Roma Triumphans*.
- BOCHART, S. *Geographia Sacra (Phaleg et Canaan)*, Caen, 1646.
- BOGAN, Z. *Homerus Ἑβραϊζών*, Oxford, 1658.
- BOLOGNI, G. Antiquarium. In: *Supplemento II al Giornale dei Letterati d'Italia*, 1722.
- BORKOWSKI, S. von Dunin. *Spinoza*, 1936, III.
- BOSIO, A. *Roma Sotterranea*, 1632.
- BROGLIE, E. De. *Bernard de Montfaucon*, I, Paris, 1891.
- CALCATERRA, C. *Giorn. Stor. Lett. Ital.*, CXXVI, 1949.
- CAMDEN, W. Epistula. In: *Britannia*, 1586.
- CAPÉRAN, L. *Le problème du salut des infidèles*, Toulouse, 1934.
- CARO, A. *Lettere familiari*. Milão, 1807, III.
- CASSIRER, Ernst. *Die Philosophie der Aufklärung*, 1932.
- CASTELLANO, G. “Mons. Otavio Antonio Bayardi e l'illustrazione delle antichità d'Ercolano”. In: *Sammium*, XVI-XVIII, 1943-1945.
- CASTROU, F; ROUILLÉ, P. *Histoire romaine*, 1725-1737.
- CAYLUS, Comte de. *Recueil d'Antiquités*, 1752-1767.
- CHANDLER, R. *Marmora Oxoniensia*, 1763.
- CHAUSSE, M. De La. *Le Gemme antiche figurate*, Roma, 1700.
- CHIFFLET, Claude. *De numismate antiquo liber posthumus*, Lovaina, 1628.

- CLARK, K. *The Gothic Revival – An Essay in the History of Taste*. 2. ed. Londres, 1950.
- COLUCCI, G. *Antichità Picene*, 1792, XV.
- CROCE, B. *Conversazione critiche*, IV, 1932.
- _____. *Conversazioni critiche*, II, 1924.
- _____. *La letteratura italiana del Settecento*, 1949.
- _____. *Storia della storiografia italiana nel secolo decimonono*, 3. ed., 1947
- CROUSAZ, J.-P. *Examen du pyrrhonisme ancien et moderne*, 1733.
- CROZE, M. Veyssière de la. *Vindiciae veterum scriptorum contra J. H.*, 1708.
- CRUSIUS, Chr. A. Von der historischen Warscheinlichkeit. In: *Weg zur Gewissheit und Zuverlässigkeit des menschlichen Erkenntnis*. Leipzig, 1747.
- CUDWORTH, R. The True Intellectual System of the Universe. In: *Works*, Oxford, 1829.
- CUPERUS, G. Utilitas quam ex numismatis principes capere possunt. In: *Apotheosis vel consecratio Homeri sive Lapis Antiquissimus*, Amsterdã, 1683.
- CURIONE, A. *Sullo studio del greco in Italia nei secoli XVII-XVIII*, Roma, Tosi, 1841.
- CUST, L.; COLVIN, S. *History of the Society of Dilettanti*, 2. ed., p. I-XLI, 1914. (1ª edição, 1898).
- DAHLMANN, H. Terentius Varro. In: PAULY, A; WISSOWA, G. *Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft*, Suppl. VI, 1935.
- DAIRVAL, Baudelot de. *De l'utilité des voyages et de l'avantage que la recherche des antiquitez procure aux sçavans*, 1686, I, p. 1-70.
- DANIELSSON, O. A. Annius von Viterbo über die Gründungsgeschichte Roms. In: *Corolla Archaeologica Principi Gustavo Adolpho dedicata*, 1932.
- DEGRASSI, A. *Epigraphica*, 1946, VIII, p. 91-93.
- DELLA CORTE, F. *Enciclopedisti latini*. Gênova. Di Stefano, 1946, p. 33-42.
- _____. *La filologia latina dalle origini a Varrone*. Turim, 1937.
- DICKINSON, E. *Delphi Phoenicizantes*, Oxford, 1655.
- DODWELL, H. *Invitation to Gentlemen to acquaint themselves with Ancient History*, 1694.
- DOUGLAS, D. *English Scholars*. Londres, 1939.
- DUCANGE, Charles de Fresne, Seigneur de. *Glossarium mediae et infimae Latinitatis*, 1678.
- _____. *Glossarium ad scriptores mediae et infimae Graecitatis*, 1688.

- DUPRONT, A. P.-D. *de Huet et la exegese comparatiste au XVIIe siècle*. Paris, 1930.
- ECHARD, L. *Roman History from the Building of the City to the Perfect Settlement of the Empire by Augustus*, 1697.
- EDELMAN, N. *Attitudes of Seventeenth-Century France towards the Middle Ages*. New York, 1946.
- EISENHART, J. F. *De auctoritate et usu inscriptionum in iure*. Helmstedt, 1750.
- _____. *De fide historica commentarius, accessit Oratio de coniungendis iurisprudentiae et historiarum studiis*. Helmstedt, 1679.
- ERIZZO, S. *Discorso sopra le medaglie antiche*. Venezia, 1559.
- ERNESTI, Jo. Aug. *Opuscula Philologica*. 2. ed., Leiden, 1776.
- EVANS, A. W. *Warburton and the Warburtonians*. Oxford, 1932.
- FABRICIUS, J. A. *Bibliotheca Antiquaria*, 3. ed., 1760 (1ª edição, 1713).
- FEITH, E. *Antiquitates Homericae*, 1677.
- FICINO, Marsilio. *Epistolae*. Venezia, 1495.
- FIESEL, E. *Etruskisch*. In: *Geschichte der indogermanischen Sprachwissenschaft*. Berlin, 1931.
- FLOWER, R. Laurence Nowell and the Discovery of England in Tudor times. In: *Proceedings of the British Academy*, 1935, XXI. p. 47-73.
- FRÉRET, N. *Observationes générales sur l'histoire ancienne*. In: *Oeuvres complètes*, I, 1796.
- FROELICH, H. E. *Utilitas rei numariae veteris*. Viena, 1733.
- FULVIO, A. *Antiquaria urbis*, 1533.
- _____. *Antiquitatis urbis Romae*, 1527.
- FUNAIOLI, G. Lineamenti di una storia della filologia attraverso i secoli. In: *Studi di Letteratura Latina*, 1946, I.
- GAMURRINI, G. F. *Bibliografia dell'Italia Antica*, I, Arezzo, 1905.
- GASPERETTI, L. Le Origine Italiche di Mario Guarnacii e l'utopia della Sapientia Antiquissima. In: *La Rassegna*, XXXIV, 1926.
- GASPERONI, G. Primato, onore e amore d'Italia negli storici ed eruditi del Settecento. In: *Convivium*, XI, 1939.
- _____. *La Storia e le lettere nella seconda metà del sec. XVIII*, Jesi, 1904; *La scuola storico-critica nel sec. XVIII*, Jesi, 1907.
- GEINOZ, Abbé. Observations sur les médailles antiques. *Histoire de l'Acad. Royale des Inscriptions*, XII, 1740.

GENTIL, G. Contributo alla storia del método storico. In: *Studi sul Rinascimento*. 3 ed., 1936. p. 272-302.

GIEHLOW, K. Die Hieroglyphenkunde des Humanismus. In: *Jahrbuch D. Kunsthist. Sammlungen des allerhöchsten Kaiserhauses*, 1915, XXXII. p. 1-222.

GILBERT, F. Bernardo Rucellai and the Orti Oricellari: A Study on the Origin of Modern Political Thought. In: *Journal of the Warburg Institute*, 1949, XII. p. 101-131.

GLADOV, Fr.; FÜRBRINGER, G. *De erroribus historicorum vulgaribus*, Halle, 1714.

GOMBRICH, E. H. Icones symbolicae. In: *Journal of the Warburg Institute*, 1948, XI. p. 163-192.

GORI, A. F. *Admiranda Antiquitatum Herculansium Descripta et Illustrata, Symbolae Litterariae*, I, Florença, 1748.

_____. *Symbolae litterariae*. Florença/Roma, 1748-1751.

GRAEVIS, J. G. *Thesaurum Antiquitatum Romanarum*, 1694-1699.

GREVE, M. A. *Περί ἀπαξ εἰρημένων sive de auctoritate unius testis*. Wittenberg, 1722.

GRIESBACHIUS, Io. Iac. *Dissertatio de fide historica ex ipsa rerum quae narrantur natura iudicanda* (1768). In: *Opuscula Academica*. Iena. ed. Io. Ph. Gabler, 1824, I.

GRONOVIVS, J. *Thesaurum Graecarum antiquitatum*, 1697-1702.

GRUPPE, O. *Geschichte der klassischen Mythologie und Religionsgeschichte*, 1921.

GUTKIND, C. S., *Deutsche Vierteljahrschr. F. Literaturwissenschaft*, 1932, X.

HARDOUIN. *Ad Censuram scriptorum veterum prolegomena*. Londres, 1766.

_____. *Observationes in Aeneidem*. In: *Opera varia*. Amsterdã, 1723.

HAUTECOEUR, L. *Rome et la Renaissance de l'Antiquité à la fin du XVIIIe siècle*, 1919.

HAZARD, Paul. *La pensée européenne au XVIIIe siècle*, 1946.

HEDERICH, B. *Anleitung zu den fürnehmsten historischen Wissenschaften*. 3. ed. Wittenbergr, 1717.

HEER, *Johannes Mabillon und die Schweizer Benediktiner*. St. Gallen, 1938.

HEYNE, Chr. G. *Opuscula Academica*. I, 1785.

HOLBACH, B. de. *Système de Nature*, 1821, II, cap. 12.

HÜBENER, C. A. *Historicus Falso Suspectus*. Halle, diss., 1706.

HUET, Pierre-Daniel. *Demonstratio evangelica*, 1672.

HUGO, J. *Vera historia romana*. Roma, 1655.

HYDE. *Historia religionum Veterum Persarum eorumque Magorum*. Oxford, 1700.

- JACOBY, F. Charon von Lampsakos. In: *Studi Italiani Fil. Class.*, 1938, XV.
- _____. *Die Fragmente der griechischen Historiker*. Leiden: Brill, III, 1940.
- _____. Hyeronimus Aegyptius. In: PAULY, A; WISSOWA, G. *Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft*, VIII, 1913, col. 1560.
- _____. Über die Entwicklung der griechischen Historiographie und den Plan einer neuen Sammlung der griechischen Historikerfragmente. In: *Klio*, 1909, 9, p. 80-123.
- JOACHIMSEN, P. *Geschichtsauffassung und Geschichtschreibung in Deutschland unter dem Einfluss des Humanismus*, 1910, I, p. 15 ff.
- JONES, H. Stuart. *Oxoniensia*, 1943-1944, VIII-IX.
- JUSTI, C. *Winckelmann und seine Zeitgenossen*. 3. ed., 1923 (1ª edição, 1866).
- KESTERS. *Antisthène de la dialectique*. Lovaina, 1935.
- KIRCHER, A. *Oedipus Aegyptiacus*. Roma, 1652.
- KÖRTE, A. Die Entstehung der Olympionikenliste. In: *Hermes*, XXXIX, 1904, p. 221.
- KRISTELLER, P. *Andrea Mantegna*, 1902.
- LACKMANNUS, A. H. *De testimoniis historicorum non probantibus*. Hamburgo, 1735.
- LANGLOIS, Ch.-V. *Manuel de Bibliographie Historique*. Paris, 1901.
- LASCH, B. *Das Erwachsen und die Entwicklung der historischen Kritik in Mittelalter*. Breslau, 1887.
- LEICHT, P. S. Rapporti dell'umanista e giurista Antonio Agostino con l'Italia. *Rend. Accad. Italia*, VII, 2, 1941.
- LE CLERC, J. La verité de la religion chrétienne. In: *De l'incrédulité*. Amsterdã, 1696.
- LETO, Pomponio. *Antiquitates urbis*.
- LIGORIO, Pirro. *Antichità di Roma*, 1533.
- MAGOUN, F. Peabody. The Rome of Two Northern Pilgrims. In: *Harvard Theological Review*, 1940. XXXIII. p. 267-290.
- MANTUANUS, Ioh. Baptista. *Opera*. Antuérpia, 1576, III.
- MARTÈNE, D. *Histoire de la congrégation de Saint-Maur*, IV, 1930.
- MARTINI, G. Le stravaganze critiche di padre J. H. In: *Scritti di paleografia e diplomatica in onore di V. Federici*, Florença, 1944.
- MASCIOLI, F. Mascioli. Anti-Roman and Pro-Italic Feeling in Italian Historiography. In: *Romanic Review*, XXXIII, 1942.

- MAYLENDER, M. *Storia delle Accademie d'Italia*. Bologna, 1926.
- MAZZUCHELLI, G. *Gli scrittori d'Italia*, 1490, II.
- MCKISACK, M. Samuel Daniel as Historian. In: *Review of English Studies*, 1947, XXIII. p. 226-243.
- MEIBOMIUS, H. *Nummorum Veterum in illustranda imperatorum romanorum historia Usus*, Helmstedt, 1684.
- MENCKENIUS, Jo. Burchardus. De Historicorum in rebus narrandis inter se dissidiis horumque causis, In *Disser. Literariae*, Leipzig, 1734.
- _____. Burchardus. *Quod iustum est circa testimonia historicorum*. Halle, 1701.
- MENSCHING, G. *Geschichte der Religionswissenschaft*. Bonn, 1948.
- MERKEL, R.; MIRSCH, P. De M. Terenti Varronis Antiquitatum Rerum Humanarum libris XXV. In: *Leipziger Studien*, 1885, V.
- MERULA, G. *Antiquitates Vicecomitum*, 1486.
- MEYER, E. Zur Theorie und Methodik der Geschichte. In: *Kleine Schriften*, 2. ed., 1924.
- MICHAELIS, J. D. *Compendium antiquitatum Hebraeorum*, 1753.
- _____. *Mosaisches Recht*, 1770.
- MOLLIÈRE, A. *Une famille médicale Lyonnaise au XVIIe siècle – Charles et Jacob Spon*, Lyons, 1905.
- MORHOFIUS, D. G. De scriptoribus antiquaries. In: *Polyhistor*. Lübeck, 1708.
- MÜLLER, H. J. M. *Chladenius, 1710-1759. Ein Beiträge zur Geschichte der Geisteswissenschaften, besonders der historischen Methodik*. Berlin, 1917.
- MULLINGER, J. B. *The University of Cambridge*, 1911, III.
- MURATORI, L. A. *Delle forze dell'entendimento umano ossia il pirronismo confutato*, 1745.
- NAUDÉ, G. De Studio liberalii. In: CRENIUS, Th. *Variorum Auctorum et Studio-rum Methodi*. Roterdã, 1692.
- NICOLINI, F. *Commento sotirvo alla Seconda Scienza*. Roma, 1949.
- NORDEN, E. *Agnostos Theos*, 1913.
- NORIS, F. E. *Annus et Epochae Syromacedonum in vetustis urbium Syriae nummis*, Florença, 1691.
- PACE, B. *Arte e civiltà della Sicilia antica*, Roma, 1935.
- PANVINIO, O. *Antiquitates Veronenses*, 1648.

- PATIN, Ch. *Introduction à la Connoissance des Médailles*, 3. ed., 1691.
- PATTINSON, M. I. *Casaubon*, 1892.
- PAULY, A; WISSOWA, G. Herodotus. In: *Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft*, Suppl. II, 1913, col. 467 ff.
- _____. *Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft*, IV, 1901.
- PERIZONIUS, J. *Animadversiones Historicae*, 1685.
- _____. *Oratio de fide historiarum contra Pyrrhonismum Historicum*, 1702.
- PIGGOT, S. W. *Stukeley*. Oxford, 1950.
- PINTARD, R. *Le libertinage érudit dans la première moitié du XVIIe siècle*, 1943, I.
- PIRANESI, G. B. *Antichità romane*, 1756.
- PITISCUS, S. *Lexicon Antiquitatum Romanarum (Sacrae et Profanae, Publicae et Privatae, Civiles et Militares)*. Veneza, 1719.
- PLATNER, E. *Über wissenschaftliche Begründung und Behandlung der Antiquitäten*, Marburg, 1812.
- POLENUS, J. Supplement to the *Thesauri* of Graevius and Gronovius. Veneza. 1737.
- POTTER, J. *Archaeologia Graeca*, 1702.
- POUILLY, M. de. Nouveaux essais de critique sur la fidelité de l'histoire. In: *Mémoires de l'Académie des Inscription et Belles-Lettres*, 1729, p. 71-114.
- PRIESTLEY, J. *Lectures on History and General Politics*, 1788.
- RECHENBERG, C. O. *De autoritate historiae in probandis quaestionibus iuris et facti*. Leipzig, 1709.
- REICHARTUS, Ph. J. *De Re Monetali Veterum Romanorum*, Altdorf, 1691.
- REINACH, S. Esquisse d'une histoire de l'archéologie gauloise. In: *Revue Celtique*, XIX, 1898, p. 101-117, p. 292-307.
- RENARD, M. *Latomus*, III, 1939.
- RHODIGIUS, Coelius (Ludovico Ricchieri). *Antiquae Lectiones*, 1516.
- RICE, J. V. *Gabriel Naudé*, 1939 (John Hopkins Studies in Romance Literatures, XXXV).
- RITSHL, F. *Opuscula Philologica*, V, 1879.
- ROBINSON, H. *Bayle the Sceptic*. New York, 1931.
- RODÓN, J. Toldra. El gran renascentista español D.A.A. *Boletín Arqueológico*, XLV, 1945.

- ROOUS, F. *Archaeologia Attica*, 1637.
- ROSINUS, J. *Antiquitatum Romanarum Corpus Absolutissimum*, 1583.
- ROSSI, M. M. *Alle fonti del deismo e del materialismo moderno*. Florença, 1942.
- _____. *La vita, le opere e i tempi di Edoardo Herbert di Cherbury*, 1947.
- ROSSI, G. B. de. *La Roma Sotterranea Christiana*, 1864, I, p. 1-82.
- RUCCELLAI, B. De urbe Roma. In: *Rerum Italicarum Scriptores ab anno aerae christ. Millesimo ad millesimum sexcentessimum*. Florença, 1770, II.
- RUGGIERO, M. Ruggiero. *Storia degli scavi di Ercolano*. Nápoles, 1885.
- RUYSSCHAERT, J. *Juste Lipse et les Annales de Tacite*. Lovaina, 1949.
- SANDYS, J. *A History of Classical Scholarship*. Cambridge, 1906-1908, vols. I-III.
- SANTE MARIE, R. P. Honoré. *Animadversiones in regulas et usum critices*. Veneza, 1751.
- _____. *Réflexions sur les règles et sur l'usage de la critique*, 1713-1720.
- SCALAMONTIUS, Franciscus. *Vita Kyriaci Anconitani*. In: COLUCCI, G., *Delle Antichità Picene*, XV, 1792.
- SCAMUZZO, E. *La Mensa Isiaca del Regno Museo di Antichità di Torino*. Roma, 1939.
- SCHEELE, M. *Wissen und Glaube in der Geschichtswissenschaft. Studien zur historischen Pyrrhonismus in Frankreich und Deutschland*. Heidelberg, 1930.
- SCHERER, E. C. *Geschichte und Kirschengeschichte an den Deutschen Universitäten*. Freiburg i. Br., 1927.
- SCHMEIZELIUS, M. *Praecognita historiae ecclesiasticae*. Iena, 1721.
- _____. *Versuch zu einer Historie der Gelehrtheit*. Iena, 1728.
- SCHULZ, M. *Die Lehre von der historischen Methode bei den Geschichtschreibern des Mittelalters*. Berlim, 1909.
- SELDEN, J. *Marmora Arundelliana*, 1628.
- SIGONIO, C. *Historiarum de Occidentali Imperio Libri XX*, 1577.
- _____. *Historiarum de Regno Italiae Libri XX*, 1680.
- SILVAGINI, A. *Diss. Pont. Accd. Archeol.*, 1921, XV.
- _____. *Rivista Archeologia Cristiana*, 1938, XV.
- _____. *Rivista Archeologia Cristiana*, 1943, XX.
- _____. *Scritti in onore di B. Nogara*, 1937.

- SNYDER, E. D. *The Celtic Revival in English Literature*. Cambridge/Massachusetts, 1923.
- SPENCER, J. *De Legibus Hebraeorum Ritualibus*. Cambridge, 1685.
- SPERONI, S. Diallogo della Istoria. In: *Opere*. Veneza, 1740, II.
- SPON, J. *Miscellanea Eruditae Antiquitatis*, 1679.
- _____. *Response à la critique publiée par M. Guillet*, 1679.
- STARK, C. B. *Systematik und Geschichte der Archäologie der Kunst*. Leipzig, 1880.
- STEEVES, H. R. *Learned Societies and English Scholarship*. New York, 1913.
- STRUVIUS, B. G. *Bibliotheca Numismatum antiquiorum*, Iena, 1693.
- STUART, J.; REVETT, N. *Antiquities of Athens*, 1762.
- SUARESIUS, I. M. *De numismatis et nummis antiquis*, Roma, 1668.
- THOMSON, J. W.; HOLM, B. J. *A History of Historical Writing*, 1942, II.
- THUILLIER, V. *Histoire de la contestation sur les études monastiques*. In: *Ouvrages posthumes de D. Jean Mabillon et D. Thierry Ruinart*, I, 1724.
- TILGER, M. P. *Dissertatio histórico-política de nummis*, Ulm, 1710.
- TILLEMONT, Sebastien Le Nain de. *Mémoires pour servir à l'histoire ecclésiastique des six premiers siècles*, 1693-1707.
- TRAUBE, L. *Vorlesungen und Abhandlungen*, 1909, I.
- TRESP, A. *Die Fragmente der griechischen Kulturschriftsteller*, 1914 (religions. *Versuche und Vorarbeiten*, XV, I)
- TRISTAM, J. *Commentaires historiques contenant l'histoire geneale des Empereurs, imperatrices, Caesars et tyrans de l'empire romain illustrée, enrichie et augmentée par les inscriptions et enigmes de treize à quatorze cens Medailles*. Paris, 1635.
- ULRIICHS, L. von. *Handbuch der klassischen Altertumswissenschaft*, 1886.
- UNGER, R. Zur Entwicklung des Problems des Historischen Objektivität. In: *Aufsätze zur Prinzipienlehre der Literaturgeschichte*, 1929, I, p. 87.
- VAILLANT, J.-F. *Historia Ptolomeorum Egypti Regum, ad Fidem Numismatum accommodata*. Amsterdã, 1701.
- _____. *Seleucidarum imperium, sive historia regum Syriae*. Paris, 1681.
- VANENTINI, R; ZUCCHETTI, G. *Codie Topographico della Città di Roma*, 1946, III (Fonti Storia d'Italia).
- VENTURI, F. *L'Antichità Svelata e l'idea del progresso in N. A. Boulanger*, Bari, 1947.

- VERMIGLIOLI, G. B. *Memorie di I. A.* Perugia, 1813.
- VITERBO, Annius da. *Commentaria super opera diversorum auctorum de antiquitatibus loquentium*, 1498.
- VICO, G. B. *La scienza nuova seconda*. editada por F. Nicolini, 1942
- VOIGT, G. *Die Wiederbelebung des class. Alterthums*, I, 2. ed., 1880.
- WACHLER, L. *Geschichte der historischen Wissenschaften*. Göttingen, II, 1820.
- WALTERS, H. B. *The English Antiquaries of the Sixteenth, Seventeenth, and Eighteenth Centuries*. Londres, 1934.
- WHEARE, D. *Relectiones Hyemales, De Ratione Methodo legendi utrasque Historias civiles et ecclesiasticas*. Oxford, 1637.
- WICKELGREEN, F. L. *La Mothe Le Vayer*. Paris, 1934, tese.
- WILEY, B. *The Seventeenth Century Background*, 1934.
- WOOD, R. *Ruins of Baalbec*, 1757.
- . *Ruins of Palmyra*, 1753.
- WITSIUS, H. *Aegyptiaca et δεχάφολον*. Amsterdã, 1693.
- WUNDERLICH, I. *De usus inscriptionum romanarum veterum máxime sepulchralium in iuri*. Quedlinburg, 1750.
- YVON, P. *Le Gothique et la Renaissance Gothique em Angleterre*. Caen, 1913.
- ZACCARIA, F. A. *Istituzione antiquario-numismatica*. Veneza, 1793.
- ZIEBARTH, E. *Ne e Jahrbücher f. das class. Altert.* IX, 1902.
- ZIEGLER, K. Plutarchos. In: PAULY, A; WISSOWA, G. *Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft*, s.d.
- ZULETA, F. de. D.A.A. *Boletín Arqueológico*, XLVI, 1946.

In memoriam